

1 **ATA DA REUNIÃO DE PRESIDENTES DO SISTEMA CFMV/CRMVs,**
2 **REALIZADA NOS DIAS 13 E 14 DE AGOSTO DE 2019, EM BRASÍLIA-**
3 **DF.....**

4 Nos dias treze e quatorze de agosto de dois mil e dezenove reuniram-se no edifício-sede do
5 Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, sito no SIA Trecho 06, Lotes 130/140,
6 Brasília – DF, a Diretoria Executiva do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV,
7 bem como os(as) e os Presidentes dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária -
8 CRMVs. Convocação feita pelo Presidente do CFMV, Méd. Vet. Francisco Cavalcanti de
9 Almeida, CRMV-SP nº 1012, mediante o Ofício Circular nº 00055, datado de 19/07/2019 e
10 Memorando Circular nº 00060, datado de 19/07/2019. Reunião presidida pelo Presidente do
11 CFMV. Estiveram presentes o Vice-Presidente do CFMV, Méd. Vet. Luiz Carlos Barboza
12 Tavares CRMV-ES nº 0308, o Secretário-Geral do CFMV, Méd. Vet. Helio Blume CRMV-
13 DF nº 1551 e o Tesoureiro do CFMV, Méd. Vet. Wanderson Alves Ferreira CRMV-GO nº
14 0524. Presentes também o CRMV-PB – Presidente Méd. Vet. Domingos Fernandes Lugo
15 Neto, CRMV-PB nº 0793; o CRMV-PI – Presidente Méd. Vet. Anísio Ferreira Lima Neto,
16 CRMV-PI nº 0491; o CRMV-GO – Presidente Méd. Vet. Olízio Claudino da Silva, CRMV-
17 GO nº 0547; o CRMV-AP – Presidente Méd. Vet. José Renato Ribeiro, CRMV-AP nº 0028;
18 o CRMV-MG – Presidente Méd. Vet. Bruno Divino Rocha, CRMV-MG nº 7002; o CRMV-
19 MA – Presidente Méd. Vet. Francisca Neide Costa, CRMV-MA nº 0539; o CRMV-RN –
20 Presidente Méd. Vet. Wirton Peixoto Costa, CRMV-RN nº 0309; o CRMV-CE – Presidente
21 Méd. Vet. Célio Pires Garcia, CRMV-CE nº 1157; o CRMV-RJ – Presidente Méd. Vet.
22 Romulo Cezar Spinelli Ribeiro de Miranda, CRMV-RJ nº 2773; o CRMV-RS – Presidente
23 Méd. Vet. Lisandra Ferreira Dornelles Fraga da Silva, CRMV-RS nº 07371; o CRMV-RO –
24 Presidente Méd. Vet. Júlio César Rocha Peres, CRMV-RO nº 0371; o CRMV-SC –
25 Presidente Méd. Vet. Marcos Vinícius de Oliveira Neves, CRMV-SC nº 3355; o CRMV-
26 MS – Presidente Méd. Vet. Rodrigo Bordin Piva, CRMV-MS nº 4287; o CRMV-AL –
27 Presidente Méd. Vet. Thiago Augusto Pereira de Moraes, CRMV-AL nº 0395; o CRMV-RR
28 – Presidente Méd. Vet. Francisco Edson Gomes, CRMV-RR nº 0177; o CRMV-BA –
29 Presidente Méd. Vet. Altair Santana de Oliveira, CRMV-BA nº 1232; o CRMV-AM –
30 Presidente Méd. Vet. Haruo Takatani, CRMV-AM nº 0269; o CRMV-PE – Presidente Méd.
31 Vet. Marcelo Weinstein Teixeira, CRMV-PE nº 1874; o CRMV-SE – Presidente Méd. Vet.
32 Eduardo Luiz Cavalcanti Caldas, CRMV-SE nº 0200; o CRMV-TO – Presidente Méd.
33 Vet. Railda Marques Lima Felipe, CRMV-TO nº 051; o CRMV-DF – Presidente Méd.
34 Vet. Laurício Monteiro Cruz, CRMV-DF nº 1308; o CRMV-ES – Presidente Méd. Vet.
35 Marcus Campos Braun, CRMV-ES nº 1373; o CRMV-SP – Presidente Méd. Vet. Mário
36 Eduardo Pulga, CRMV-SP nº 2715); o CRMV-PA – Vice-Presidente Méd. Vet. Augusto
37 de Araújo Viana, CRMV-PA nº 0576 e o CRMV-MT – Presidente Méd. Vet. Roberto
38 Renato Pinheiro da Silva, CRMV-MT nº 1364. **I – ABERTURA DA REUNIÃO** – O
39 Presidente do CFMV, Méd. Vet. Francisco Cavalcanti de Almeida às 08h41 deu início à
40 reunião. Ele cumprimentou a todos(as), externou sua satisfação em reunir mais uma vez todo

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 o Sistema, deu boas-vindas e agradeceu a presença. Na sequência, destacou que a reunião é
2 somente para Presidentes em virtude de alguns fatos preocupantes que vêm acontecendo aos
3 Conselhos de classe e que se faz necessário um posicionamento conjunto e que para tal, não
4 poderia deixar de ouvir os Gestores dos Regionais. Ato contínuo, ele mencionou que alguns
5 Regionais estão com problemas internos que precisam ser amenizados, pois afetam o
6 Sistema como um todo. Declarou que quando o CFMV é comunicado sobre falhas de algum
7 Regional tem o dever de tomar providências dentro da legalidade e disse que a Presidência
8 não tem o poder de aplacar qualquer denúncia ou informação que venha causar problema à
9 imagem dos CRMVs. Ele ressaltou que não tomando providências, o próprio Presidente do
10 Conselho Federal se torna responsável e que não tem intenção nenhuma de desprezar o
11 exercício da Presidência, pois no momento ele representa o Sistema a nível nacional. Ele
12 pediu tranquilidade e harmonia dentro do Sistema e disse que não sendo dessa forma, não
13 será possível conseguir evolução conjunta e que a divisão somente prejudica. Falou que os
14 dezoito meses que está à frente do CFMV não tem sido fácil e salientou que as tomadas de
15 decisões devem ser imparciais e pautadas pelo princípio da legalidade e que as Leis existem
16 para serem cumpridas. Comentou que denunciar já é uma prática da sociedade e que a mídia
17 fica atenta às denúncias e que por isso devem ficar atentos à sua gestão no Regional.
18 Prosseguindo, disse que nesse período à frente do Conselho Federal ocorreram também fatos
19 positivos e disse que a Medicina Veterinária tem crescido e que vem se destacando
20 nacionalmente e internacionalmente. Mencionou a aproximação que vem tendo com o
21 Congresso Nacional, com o Poder Legislativo e Executivo e elogiou a postura de alguns
22 Regionais que muito bem tem se posicionado em seus Estados. Comentou as novas
23 Diretrizes Curriculares que estava parada desde 2013 no Conselho Nacional de Educação e
24 que com apenas três visitas do CFMV ao Conselho de Educação, ela foi aprovada e que em
25 quinze dias o Ministro da Educação homologou. Continuando, comunicou que foi muito
26 bem recebido pelo Ministro da Saúde onde solicitou apoio e que com certeza o Conselho
27 Federal será atendido. Informou que durante o XVI Congresso do Conselho Nacional de
28 Saúde com o trabalho de doze médicos veterinários representando o CFMV se conseguiu
29 aprovar duas grandes moções, uma ligada às Unidades de Vigilância de Zoonoses, com
30 97,05 por cento de aprovação e outra ligada à Saúde Única, com 85,05 por cento de
31 aprovação. Destacou que foram oitocentas assinaturas favoráveis ao trabalho do Conselho.
32 Em seguida, ele agradeceu ao CRMV-SP, na pessoa do Presidente Mário Pulga pelo grupo
33 teatral patrocinado pelo Regional e disponibilizado ao Conselho para apresentação nesse
34 Congresso. Informou que foram confeccionadas camisetas para o grupo objetivando
35 demonstrar a importância da Medicina Veterinária. Em continuidade, mencionou sua
36 preocupação na aprovação da FOC – Fiscalizações de Orientação Centralizada que está
37 agendada para a próxima quarta-feira no Tribunal de Constas da União. Comentou a
38 avaliação apresentada referente aos Conselhos de Medicina Veterinária e destacou que a
39 fiscalização tem que revista e que se faz necessário ampliar a transparência das ações de
40 fiscalização do exercício profissional da Medicina Veterinária e da Zootecnia. Informou

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 que durante a reunião será proferida uma palestra por um representante do TCU, o Dr. André.
2 Continuando, ele salientou que o objetivo dessa reunião é repensar o Sistema
3 CFMV/CRMVs frente à nova orientação de governo e fortalecer ainda mais a
4 fiscalização do exercício profissional visando a segurança e a saúde da sociedade. Ele
5 afirmou que o CFMV é formado pelos Regionais e que apenas realiza um trabalho de
6 gestão comunitária. Disse que somente agrega informações dos próprios Regionais e
7 leva às autoridades para fixar cada vez mais o nome da Medicina Veterinária. Ele
8 apontou a tramitação do projeto de lei que desobriga o profissional se filiar e disse que
9 com a ajuda do Dr. Julio do CRMV-RO conseguiram uma audiência com o Relator, Dr.
10 Mauro Nazif, que é médico. Informou que pelas colocações do Relator ficou
11 preocupado, pois ele disse que o atual governo é populista e que vão se valer pela
12 maioria e se no Estado a inadimplência for mais alta do que a adimplência talvez
13 enxerguem como uma saída para ajudar a desobrigação de pagamento aos Conselhos.
14 Em seguida, falou que esse assunto está sendo discutido no Conselhão e que o
15 representante do CFMV, o advogado Montezuma logo mais estará passando algumas
16 informações. Falou que o Relator comentou que precisa de um posicionamento do
17 Conselhão e que o posicionamento está sendo elaborado para apresentação. Na
18 sequência, mencionou a PEC 108/2019, disse que é preocupante e que esse movimento
19 é para se chegar a um consenso unificado quanto ao funcionamento dos Conselhos de
20 regulação profissional. Falou a respeito do Deputado Ribeiro de Minas Gerais que está
21 tentando criar uma frente parlamentar contra a PEC e que o Conselhão orientou ao
22 Conselho Federal não participar, pois se trata de um confronto político de oposição
23 contra o governo e que ideia é negociar sem confronto político e que já existe uma
24 negociação com o Ministério da Fazenda com relação ao assunto. Prosseguindo,
25 mencionou que a seu ver na PEC só tem um ponto muito preocupante que é a não
26 obrigatoriedade de registro nos Conselhos, pois nenhum profissional vai querer pagar
27 para se inscrever. E, que tem dúvidas a respeito do poder de um fiscal caso os Conselhos
28 passem a ser de iniciativa privada. Ato contínuo, ele discorreu a respeito do Decretão,
29 informando que todos os Conselhos estão alinhados dentro do Ministério da Fazenda na
30 Secretaria do Trabalho onde um documento que regulamenta todas as profissões foi
31 elaborado e que nesse documento o Conselho de Medicina Veterinária está citado no
32 artigo 444 e que a seu ver está extremamente bem posicionado. Disse que no topo desse
33 documento denominado Decretão já coloca o Conselho na área da saúde e na área de
34 segurança nacional, posicionamento esse extremamente positivo. Explicou que eles
35 verificaram o Decreto 64.704 que regulamenta a Lei do Conselho e fizeram algumas
36 adaptações. Informou que o jurídico do Conselho já analisou e também a Diretoria e que
37 no próximo dia 19 apresentará a posição do Conselho. Destacou que a preocupação é
38 que não consta nesse Decretão a Zootecnia e que o Conselho não pode agregar, pois o
39 documento regulamenta apenas a Lei 5.517/1968, favorecendo a Medicina Veterinária.
40 Ele disse que durante a última Câmara de Presidentes comentou que a Zootecnia apenas

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 se preocupou em ser RT e esqueceu de regulamentar a Lei dos zootecnistas. Afirmou
2 que já solicitou ao departamento jurídico a elaboração de uma minuta de Decreto
3 regulamentando a Lei da Zootecnia e que será encaminhado ao Secretário do Trabalho,
4 mas que não sabe se a minuta será admitida. Na sequência, declarou que dificuldades e
5 problemas afligem o CFMV dia a dia e que todos os Regionais tem conhecimento.
6 Salientou que essa reunião é também para uniformizar posicionamentos que seja sobre
7 a PEC 108 ou sobre o Decretão, ou sobre a regulamentação da Zootecnia ou ainda,
8 análise mais profunda da FOC que avaliou que a fiscalização do Sistema não passou de
9 onze por cento e que tem Conselhos com noventa por cento de Conselheiros e dez por
10 cento de fiscalização e que a aplicação de recursos se deu mais em viagens pelo Brasil
11 do que na fiscalização. Afirmou que a FOC destrói todos os Conselhos, mas que é
12 favorável a eles. Ele salientou que a gestão dos Conselhos deve ser melhorada
13 sistematicamente e que devem focar no objetivo que é a fiscalização do exercício
14 profissional. Ato contínuo, ele parabenizou o Regional de São Paulo pelo relatório de
15 gestão em que o Ministro focou como exemplo e disse que não é porque o Regional é
16 grande, mas é porque tem Gestor e boa equipe e que souberam conduzir tudo, o que é
17 fundamental. Na sequência, comentou que o Conselho Federal foi representado com
18 denúncia no Ministério Público Federal que focava o Presidente, gerando dois processos e
19 que foram distribuídos a dois Procuradores Federais. Em seguida, relatou que se reuniu com
20 a Procuradora Federal, Dra. Ana Carolina Rezende de Maia Garcia para tratar do primeiro
21 processo (também presentes nessa audiência, o Vice-Presidente do CFMV, o Secretário-
22 Geral do CFMV e o advogado Valentino). Destacou que a Procuradora foi categórica e focou
23 em três pontos: a Lei nº 8666, diárias e transparência. Disse que o segundo processo focava
24 além dessas questões, diversas outras a exemplo do uso do carro oficial do Conselho Federal.
25 Esclareceu que foi entregue a ela o documento de resposta com mais de mil páginas
26 descrevendo toda esta Gestão. Quanto ao segundo processo, o Procurador foi cientificado
27 oficialmente que a resposta havia sido entregue à Procuradora Ana Carolina, o que resultou
28 que a Procuradora recebesse também o segundo processo. Na sequência, ele destacou que
29 recebeu um ofício comunicando o arquivamento proposto pela Procuradora. Disse que no
30 documento a Procuradora faz uma ressalva, informando que o arquivamento seria submetido
31 à Primeira Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para
32 homologação. Continuando, disse que para o segundo processo constava o mesmo despacho
33 para arquivamento. Em seguida, ele procedeu à leitura do expediente recebido no CFMV do
34 Procurador do Ministério Público. “(...)”, evidenciando que foi decidido pela homologação
35 do arquivamento das denúncias que transitavam no Ministério Público Federal, pois não foi
36 constatada nenhuma irregularidade. Ressaltou que foi uma vitória para o Sistema, pois caso
37 a Presidência do CFMV fosse condenado todo o Sistema sofreria as consequências. Noticiou
38 que no dia 27 de agosto o Conselho Federal participará de uma audiência pública na Câmara
39 dos Deputados a respeito de projetos de lei sobre o EAD. Ele ressaltou que nas novas
40 diretrizes curriculares não consta o ensino à distância e que a Resolução que tratou do

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 assunto não foi revogada pela Justiça e que ao contrário, o CFMV já venceu quatro mandados
2 de segurança, que faltam ainda examinar o mérito, mas que o Conselho irá se defender. Ele
3 solicitou que fiscalizassem os cursos de Medicina Veterinária em seus Estados e que se
4 algum tiver EAD informem ao CFMV. Falou que as novas diretrizes tem um prazo de até
5 dois anos para ser implantada. Destacou que o Ministro da Educação e também o Ministro
6 da Saúde se posicionaram contrários ao ensino à distância para a Medicina Veterinária. E,
7 que contam com vários Deputados favoráveis às posições do Conselho Federal e que o
8 Sistema tem avançado nessas tratativas. Lembrou a todos que foi protocolado no Ministério
9 Público já faz algum tempo uma alerta do Sistema contra o curso à distância e que hoje vem
10 surtindo efeito, mas que precisam avançar mais. Continuando, ele solicitou que os CRMVs
11 se posicionem com brevidade às questões que são enviadas pelo CFMV. Disse que
12 recentemente foram solicitadas algumas informações e que apenas doze Regionais
13 responderam, o que causa desânimo e demonstra a falta de interesse do Sistema. Evidenciou
14 que os Regionais precisam cooperar mais com o Conselho Federal no sentido de
15 apresentarem posicionamentos e que esses posicionamentos sejam antes alinhados
16 internamente como ocorre no CFMV, pois nada é realizado sem compartilhar entre os
17 Diretores e o Plenário. Disse que não se trata de posicionamento individual e sim do CFMV
18 como um todo. Ele comentou que os Presidentes foram chamados ao CFMV por uma
19 necessidade e lamentou a ausência de alguns. Em continuidade, o Presidente esclareceu que
20 jamais questionou decisões do Plenário dos CRMVs e comentou a existência de
21 questionamentos por parte dos Regionais às decisões do Plenário do CFMV. Ele registrou
22 que não é a Presidência que decide e que cumpre decisão soberana do Plenário do Conselho
23 Federal. Declarou que julgar é muito difícil e que mais difícil ainda é julgar um colega a
24 exemplo de um profissional que castrou uma fêmea e colocou nos autos do processo como
25 sendo macho. Evidenciou que o julgamento é um dos papéis do Conselho e que se não o
26 fizer estará prejudicando o Sistema. Salientou que o CFMV devolve alguns processos aos
27 CRMVs, mas não para questionar a decisão seja ela qualquer que tenha sido e sim por outros
28 fatores a exemplo de falha na tramitação do processo, inconformidade na instrução e demais
29 falhas processuais. Em seguida, noticiou que recebeu oficialmente questionamentos de
30 Conselhos que não são parte de processo e sem procuração da parte, que sofreu a punição
31 deliberada em Sessão Plenária do Conselho Federal e reforçou que não cabe ao Presidente
32 contrariar o Plenário do Conselho Federal. Em seguida, fez menção ao ocorrido no CRMV-
33 RS em que o Presidente anterior, destacando se ele muito seu amigo, errou em sua gestão e
34 o Plenário o destituiu. Mencionou a Dra. Ana quando foi afastada do CRMV-BA e que não
35 recebeu o apoio de nenhum Regional. Apontou que o julgamento do Dr. Verton foi uma
36 infelicidade e que o caso está na Justiça e o que ela determinar o Conselho Federal vai
37 cumprir. Disse que casos como esses devem servir de alerta para que analisem seus
38 comportamentos e ações enquanto gestores de Regional, pois a responsabilidade é grande.
39 Prosseguindo, o Presidente declarou que hoje o Sistema está sendo reconhecido e que faz
40 parte do Congresso Nacional. Em seguida, ele mencionou a reunião agendada com o

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 Presidente da Câmara, Rodrigo Maia na próxima segunda-feira e disse que vai levar até ele
2 o posicionamento do Sistema com relação à PEC 108 e também um pedido para que o
3 processo de fracionamento de medicamento em que exige a presença do médico veterinário
4 seja acelerado. Disse que será acompanhado pelo Deputado Ruy Carneiro parceiro do CFMV
5 na construção do Projeto de Lei nº 2237/2019, que visa estabelecer diretrizes e normas para
6 a garantia de atendimento aos princípios de bem-estar dos animais domésticos e silvestres,
7 em diversas atividades. E, que também será solicitado o andamento desse projeto de Lei e
8 que se o Conselho Federal conseguir esses apoios será um grande avanço para o Sistema
9 CFMV/CRMVs que ficará ainda mais em evidência. Solicitou que cada Presidente trabalhe
10 em seus Estados junto aos Parlamentares com o objetivo comum de conseguirem benefícios
11 para as duas profissões. Na sequência, ele comentou a realização de uma videoconferência
12 com a Panvet, no Chile em razão do Conselho ser um dos contribuintes da entidade e que o
13 CFMV lá é representado pelos Conselheiros Federais, Méd. Vet. Cícero Araújo Pitombo e
14 Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins. Em seguida, mencionou que o Secretário-Geral do
15 CFMV, Méd. Vet. Helio Blume, a médica veterinária Ana Elisa Fernandes de Souza
16 Almeida e o Méd. Vet. Marcelo Hauaji de Sá Pacheco estarão representando o Conselho
17 Federal fazendo parte da Comissão de Educação no Conselho Panamericano de Ciências
18 Veterinárias. Em seguida, noticiou que o CFMV está em negociação com a Associação
19 Mundial de Veterinária para sediar em 2022 no Brasil o Congresso Mundial de Medicina
20 Veterinária, cujo tema será Saúde Única e que pelo que soube, o Brasil tem chance. Disse
21 que esse não é um compromisso dele, mas da instituição, pois nem sabe se estará ainda na
22 gestão do Conselho Federal na oportunidade. Em seguida, comunicou que o Tesoureiro do
23 CFMV, Méd. Vet. Wanderson Alves Ferreira estará indo à Guatemala e que se estiverem lá
24 alguns delegados da Associação Mundial será solicitado a eles que façam a defesa para que
25 o evento venha para o Brasil. Disse que o Conselheiro Federal, Méd. Vet. João Alves do
26 Nascimento Júnior estará indo à Cuba e que também fará esse trabalho político de solicitar
27 apoio aos delegados. Prosseguindo, o Presidente ressaltou a importância de investirem mais
28 na fiscalização e que no seu entendimento, a formação do RT não é de responsabilidade dos
29 CRMVs e sim do profissional que almeja realizar a atividade e que o Regional tem é que
30 fiscalizar esse profissional e se preciso for, aplicar a Lei do código de ética. Ressaltou a
31 importância do fiscal ser profissional e não de nível médio que não tem conhecimento e
32 técnica suficiente para fiscalizar. Comentou seu pensamento de criar uma equipe de
33 fiscalização à nível Nacional e que o departamento jurídico informou que não pode, pois o
34 artigo 10 da Lei nº 5.517/1968 dispõe que o Regional financeiramente e administrativamente
35 é autônomo não podendo o CFMV interferir nos Estados. Disse que fez um compromisso
36 com o Dr. José Renato de implementar a fiscalização no Regional do Amapá, mas que ainda
37 não foi possível avançar nessa questão. Salientou que ainda pensa nesse projeto e almeja sim
38 poder contratar fiscais afim de obter eficiência na fiscalização de uma maneira geral. Disse
39 que esse assunto será estudado e bem debatido entre a Diretoria e o Plenário do Conselho
40 Federal. Frisou que o objetivo do projeto não é interferir nos Estados e sim contribuir para

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 que a fiscalização se torne efetiva e que dessa forma, o Regional só será beneficiado, pois
2 irá refletir no bem de toda a sociedade e fazer com que o Sistema não venha mais a apresentar
3 um índice de fiscalização apenas de onze por cento como foi apontado pelo Tribunal de
4 Contas da União. Ele informou que a Ouvidoria do CFMV irá demonstrar a quantidade de
5 denúncias que o Conselho Federal recebe e disse que o Conselho Federal tem a obrigação
6 de responder e tomar providências. Destacou que tem Regional com zero de transparência e
7 Regional com cem por cento de transparência e evidenciou que a transparência é Lei e que
8 o Regional tem que atender a Lei de Acesso à Informação. Ato contínuo, ele deu boas vindas
9 ao Vice-Presidente do CRMV-PA, mencionou que ele não estava sendo esperado, visto que
10 a reunião é somente para Presidentes e solicitou a ele que transmita à Presidente do Regional,
11 com total transparência, as preocupações apontadas. Noticiou que estará recebendo no
12 próxima dia 15 a médica veterinária Judy para tratar de um documento sobre inspeção de
13 produtos de origem animal. Ao final, ele se colocou à disposição para quaisquer
14 questionamentos. No uso da palavra, o Presidente do CRMV-RJ, Dr. Rômulo externou sua
15 satisfação de estar mais um vez reunido com todo o Sistema. Falou que sobre a fiscalização
16 foi realizada uma reunião no Regional com o administrativo, jurídico e outros setores para
17 discutir a questão e que se chegou à conclusão de que mais de setenta por cento nos
18 Conselhos de classe está ligado à fiscalização, pois desde o momento em que é entregue a
19 carteira ao profissional que é atendido por um funcionário já é um elo com a fiscalização e
20 que esse profissional será futuramente fiscalizado por um fiscal. Disse que não entendeu
21 como o TCU chegou ao índice apresentado, pois só Rio de Janeiro ele tem oito funcionários
22 ligados à fiscalização e que tem os advogados ligados à cobrança de dívida ativa que também
23 é uma grande despesa e está ligado à fiscalização. Destacou que o índice apresentado pelo
24 TCU é irreal e que até parece que desejam desestabilizar os Conselhos de classe e que essa
25 questão precisa ser rebatida e com muita firmeza. No uso da palavra, o Presidente solicitou
26 que os dados sejam enviados ao CFMV para subsidio e que o FOC trata de todos os
27 Conselhos e que logo mais será dado uma palestra por um representante do TCU que esteve
28 envolvido nesse trabalho. No uso da palavra, o Presidente do CRMV-PB, Dr. Domingos
29 informou que concorda com a explanação feita pelo Presidente do CRMV-RJ em relação à
30 fiscalização. Prosseguindo, ele comentou o ofício que trata da questão do Dr. Verton
31 encaminhado pelo CRMV-PB e solicitou que seja respondido pelo Conselho Federal.
32 Destacou que os CRMVs vivem realidades diferentes e que é normal ocorrer divergência no
33 Sistema. No uso da palavra, o Presidente do CFMV informou que os expedientes recebidos
34 dos CRMVs sobre essa questão encontram-se no Jurídico, estão seguindo a tramitação da
35 Casa e que oportunamente estarão sendo respondidos oficialmente. Em seguida, informou
36 que o processo está à disposição de todos os CRMVs para quem desejar ter ciência. Destacou
37 que a questão está em julgamento judicial e que o CFMV irá fazer defesa em benefício da
38 instituição. Evidenciou que esse tipo de processo a respeito de um Presidente pode até se
39 tornar prejudicial ao Sistema CFMV/CRMVs. No uso da palavra, o Presidente do CRMV-
40 ES, Dr. Marcus comentou sobre a fiscalização e disse que no Espírito Santo tem investido

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 bastante, mas que ainda não tem a condição financeira para realizar concurso e contratar
2 médicos veterinários para o cargo de fiscal. Mencionou que a chefe de fiscalização do
3 Regional é formada em direito; porém os fiscais tem nível médio e que eles foram
4 capacitados com treinamentos e que eles realizaram fiscalização com médico veterinário
5 acompanhando e que foram instruídos sobre o que deve ser verificado e cobrado durante a
6 fiscalização e que para o Regional foi uma boa saída, pois acha que o fiscal de nível médio
7 não reduz a capacidade de fiscalizar e que conseguiram visitar todos os estabelecimentos a
8 cada três ou quatro meses e que contam com três fiscais. Destacou que inscritos tem quase
9 dois mil e novecentos e que ativos em torno de dois mil e duzentos e que a média é de um
10 fiscal para atender setecentos profissionais. Disse que estudos apontam que se deve ter pelo
11 menos um fiscal a cada mil inscritos. Informou que os veículos do Regional estavam dando
12 muitos problemas e que por isso foram leiloados com bons resultados e que novos veículos
13 serão adquiridos. Sobre o curso de RT, ele disse que discorda da colocação feita pelo
14 Presidente do CFMV, pois a seu ver se o Regional pode capacitar o profissional de RT acha
15 que deve fazê-lo, pois o resultado é muito bom e é importante. Falou que no Espírito Santa
16 com essa prática, que não custa muito, já conseguiu reduzir o número de processo ético-
17 profissional por erro e desconhecimento, visto que as instituições de ensino não forma
18 adequadamente o profissional. Ressaltou que instaurar processo ético-profissional gera custo
19 e tempo e mencionou que o recém formado não tem conhecimento do Código de Ética da
20 profissão. No uso da palavra, o Presidente do CFMV questionou se o Presidente do CRMV-
21 ES tem a informação de qual o curso com maior incidência em processo ético. No uso da
22 palavra, o Dr. Marcus esclareceu que no Espírito Santo é encontrado em todas as faculdades
23 e que talvez receba mais da Universidade Vila Velha – UVV, mas é a que mais forma
24 profissional no Estado e a que recebeu melhor pontuação pelo Ministério da Educação. No
25 uso da palavra, o Presidente do CFMV perguntou se o Regional já notificou alguma
26 faculdade e o Dr. Marcus esclareceu que notificar não tem feito, mas que quando tem
27 penalização é informada a todas universidades do Estado, principalmente as públicas e a
28 todos os Órgãos. No uso da palavra, o Presidente do CRMV-SP, Dr. Pulga mencionou a
29 questão do índice apresentado pelo TCU e disse que o detalhamento do centro de custo de
30 forma específica é importante a fim de bem deixar claro o gasto é possível agregar à
31 fiscalização, pois fica evidente que a despesa foi investida na fiscalização. Disse que no seu
32 entendimento o problema foi contábil e que não significa que os Conselhos não estão
33 fiscalizando. Falou que por conta de um processo judicial, o CRMV-SP está impedido de
34 realizar concurso para contratação de fiscais, mas que quando a liminar for julgada será
35 possível realizar, pois o Regional está com defasagem desse profissional. Na sequência,
36 comentou que ficou feliz e emocionado quanto recebeu o prêmio de gestão e que divide o
37 prêmio com todo o Sistema. Destacou que ano a ano foi perseguida a melhoria do relatório
38 de gestão e que ouvir o nome da Medicina Veterinária quando da entrega do prêmio foi um
39 grande presente. Falou que o corpo de Conselheiros do CRMV-SP está de parabéns, pois a
40 dedicação tem sido imensa. Ele comentou que o papel do Conselho é proteger a sociedade e

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 salientou que o prêmio recebido pertence ao Sistema e parabenizou a Medicina Veterinária.
2 No uso da palavra, o Presidente do CRMV-BA, Dr. Altair manifestou seu incômodo a
3 respeito dos dados apresentados pelo TCU em seu relatório. Destacou que a despesa com a
4 fiscalização não é somente com os fiscais que vão a campo realizarem o seu trabalho, mas
5 que envolve o gasto tido com funcionários, veículo, a realização de um sessão plenária, o
6 que converge tudo por conta do ato de fiscalização. Ressaltou que os gestores de Conselhos
7 não viajam a passeio e sim para discutirem assuntos de interesse das classes. No uso da
8 palavra, o Presidente do CRMV-CE, Dr. Célio disse que sobre a questão da RT ele está de
9 acordo com o foi exposto pelo Dr. Marcus e esclareceu que é professor de universidade
10 pública e que os cursos de Medicina Veterinária das universidades públicas estão
11 impregnados de protetores de animais e de veganos. Falou que quando é falado da
12 Responsabilidade Técnica de determinadas áreas já dizem que essas áreas não deveriam
13 existir o que já é um problema para a classe. Ele mencionou que no Estado do Ceará teve
14 um salto de qualidade bastante significativo quando foi introduzido o Seminário de
15 Responsabilidade Técnica no desempenho da função de RT em especial na função de RT
16 em eventos agropecuários. Informou que foi estabelecida uma parceria com a agência de
17 defesa agropecuária para que todo evento agropecuário só ocorra com a homologação do
18 Conselho e com a Anotação de Responsabilidade Técnica. Destacou que na área de eventos
19 é importante que o fiscal seja médico veterinário, pois a essência do evento exige que seja,
20 mas quanto à fiscalização em estabelecimentos o fiscal de nível médio, que além de ser
21 treinado, leva um cheque list para cada estabelecimento que for e tem dado certo e que no
22 seu entendimento não tem necessidade de ser médico veterinário. Ao final, ele mencionou
23 que a grande maioria de processo ético-profissional recebido no Regional o profissional é de
24 universidade particular e que quando julgado é enviado à Comissão de Ensino de Medicina
25 Veterinária que é representada por Coordenadores de cursos nas faculdades do Estado. Ele
26 salientou mais uma vez que acha fundamental a realização do Seminário de
27 Responsabilidade Técnica e que seja uma exigência básica para o profissional ser
28 Responsável Técnico. No uso da palavra, o Presidente do CRMV-RN, Dr. Wirton comentou
29 a denúncia relatada pelo Presidente do Conselho Federal e disse que sempre existirão críticas
30 e que na verdade até parece que desconsideram o fato de não receberem salário para estarem
31 a frente de um Conselho e que só ficam de olho na despesa que os Conselhos têm com
32 diárias. Destacou que o trabalho que desempenham é importante e que não devem se
33 preocupar com esses julgamentos negativos. Em relação à questão da fiscalização, ele
34 mencionou que o pagamento de diárias a quem faz a fiscalização não entra na rubrica de
35 fiscalização e que até solicitou um contato no CFMV para verificar essa possibilidade de
36 fazer inserção no centro de custo do sistema contábil. A respeito da capacitação em
37 Responsabilidade Técnica, ele disse que os profissionais que saem das universidades são
38 carentes de informações e que para cobrar uma fiscalização de qualidade dos profissionais
39 os Regionais devem sim ajuda-los com essa capacitação. Mencionou artigo 8º da Lei nº
40 5.517/1968, onde cita que o CFMV deve orientar, supervisionar e disciplinar atividades

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 relativas à profissão de médico veterinário em todo o Território Nacional diretamente ou
2 através dos CRMVs e que dessa forma, considera importante a capacitação. Na sequência,
3 objetivando aumentar o índice apresentado pelo TCU ele propôs que seja criada uma rubrica
4 no centro de custos para a fiscalização efetiva e orientativa e informou que essa solicitação
5 será formalizada ao Conselho Federal. Ressaltou que é importante que fique bem
6 caracterizado que com uma fiscalização efetiva a quantidade de processo ético-profissional
7 é reduzida. Destacou que membros da Comissão de Fiscalização do Regional sempre que
8 possível acompanha o fiscal. Ao final, ele parabenizou o CFMV pela iniciativa de realizar
9 essa reunião apenas com o corpo de Presidentes do Sistema e parabenizou em especial o
10 Presidente do Conselho Federal pela abertura que vem tendo junto à Câmara dos Deputados
11 e a todo o Congresso, o que possibilita maior visibilidade da classe. No uso da palavra, a
12 Presidente do CRMV-MA, Dra. Francisca esclareceu que as informações do TCU foram
13 retiradas dos relatórios de gestão apresentados pelos Regionais e o que ficou bem claro é que
14 os Regionais ao elaborar os relatórios não estão sabendo contabilmente prestar informações
15 claras. Dessa forma, ela disse que cabe aos Regionais expor todas as informações contábeis
16 adequadas ao que diz respeito à fiscalização. Destacou que foi uma falha dos Regionais que
17 estão deixando de informar despesas ligadas à fiscalização. Ela chamou a atenção para que
18 ao planejar o próximo orçamento para 2020, foquem na fiscalização e que não deixem de
19 destinar no mínimo trinta por cento para tal ação que é maior missão dos Conselhos.
20 Solicitou que façam as devidas equações. Quanto à capacitação de RT, ela disse que no seu
21 entendimento as universidades não focam nos itens necessários para exercer a profissão.
22 Disse que no curso de RT não se fala em doenças e nem é ensinado sobre diagnósticos e que
23 o conteúdo é o código de ética, sobre a formação profissional, sobre o manual de
24 Responsabilidade Técnica e sobre a Resolução do CFMV, que trata de RT, sobre o Sistema
25 CFMV/CRMVs. Destacou que é um programa bem específico e que as Universidades não
26 abordam e que a orientação ao profissional é missão dos Conselhos e é uma obrigação. Falou
27 da importância do Sistema se reinventar e que precisam ter um destaque a mais para oferecer
28 à sociedade e aos profissionais. Prosseguindo, ela mencionou que esses cursos têm reduzido
29 o número de processo ético-profissional e trazido para mais perto do Conselho, o
30 profissional. Ressaltou que as vezes percebe que a falha cometida pelo profissional foi por
31 falta de conhecimento técnico e não por má fé. Em seguida, ela comentou que em muitas
32 denúncias sem gravidade o processo nem é instaurado e que as partes são chamadas para
33 uma conciliação e que muitas das vezes consegue resolver a situação. Na sequência,
34 comentou que nem todos os Regionais tem o médico veterinário como fiscal e sim o
35 profissional de nível médio. Falou que no CRMV-MA os fiscais são acompanhados por
36 membros da Comissão de Fiscalização, alguns são médicos veterinários e outros são
37 zootecnistas para dar auxílio técnico e que esse procedimento tem feito com que a sociedade
38 respeite a fiscalização e se sintam mais seguras. No uso da palavra, a Presidente do CRMV-RS,
39 Dra. Lisandra informou mencionou que a aquisição de novos veículos, celulares ou qualquer
40 outro bem destinado à fiscalização não fez parte do percentual apresentado pelo TCU e disse

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 que não acha correto. Comentou que a maioria dos fiscais do Regional é de nível médio e
2 que apenas dois são médicos veterinários e que o plano de cargos e salários do Regional
3 estiver finalizado e implementado será aberto concurso público para contratação de médicos
4 veterinários para o cargo de fiscal. Informou que serão adquiridos mais veículos e que a ideia
5 é agilizar e otimizar o trabalho de fiscalização. Destacou que será feito um investimento em
6 digitalização e outros produtos necessários para essa otimização e que é injusto essa despesa
7 não ser incluída na fiscalização. Ela propôs que o CFMV em conjunto com os CRMVs crie
8 um documento com informações de gastos que podem ser considerados e inseridos no
9 relatório como despesa pertinente à fiscalização, pois cada Regional pensa de forma
10 diferente e que esse documento serviria para uniformizar o entendimento. Disse que o
11 Sistema precisa mostrar que o índice apresentado pelo TCU não é real. No uso da palavra, o
12 Presidente do CRMV-PE, Dr. Marcelo informou que é favorável à capacitação do
13 Responsável Técnico pelo Regional não só quanto à Responsabilidade Técnica mas em todos
14 os temas que permeiam a profissão a exemplo da zoonoses, saúde única, etc. Informou que
15 o CFMV já ajuda, pois tem a Comissão de Responsabilidade Técnica e que recentemente
16 gerou um manual para o Sistema. Destacou que quando o Regional resolveu fazer as visitas
17 itinerantes levando o curso de Responsabilidade Técnica ao interior as demandas
18 aumentaram e ficou claro que os profissionais tem essa carência. Informou que em novembro
19 próximo será realizado um encontro de RT e solicitou apoio do CFMV para que envie os
20 membros da Comissão Nacional de RT ao encontro, pois é missão do Conselho garantir bom
21 serviço à sociedade. Na sequência, ele comentou que manifestações dos Regionais sobre o
22 julgamento do ex-presidente do CRMV-MT talvez tenha sido por desconhecimento dos
23 detalhes e não de insurgir à uma decisão do Pleno do Conselho Federal. Declarou que foi
24 sentida uma certa vulnerabilidade quando ocorreu a um colega atuante, que sempre foi
25 admirado por todos, de ser retirado do seu posto. Destacou que a situação precisa de
26 transparência e que os CRMVs devem ser respondidos a fim de tranquilizar o Sistema como
27 um todo, pois a seu ver não foi uma objeção à decisão do CFMV. Quanto à questão da
28 fiscalização, ele disse que precisa ter mais clareza como se deve abordar nas despesas o que
29 se gasta com a fiscalização, pois o índice apresentado não retrata a realidade. Prosseguindo,
30 ele falou que ter o médico veterinário como fiscal, realmente o custo é alto e que ter o fiscal
31 de nível médio bem assessorado e bem treinado é uma solução bastante interessante e que o
32 CRMV-PE vai tentar implantar, pois só estão com um fiscal e que ele é médico veterinário,
33 mas que não tem condição financeira para contratar mais um médico veterinário. Ele propôs
34 que a questão seja estudada pelo CFMV juntamente com os CRMVs para se chegar a uma
35 solução viável para o Sistema já que a fiscalização é objetivo principal dos Conselhos. No
36 uso da palavra, o Presidente do CFMV informou que concorda com o que disse a Presidente
37 Francisca a respeito da proposta orçamentária e que precisa ter transparência e demonstrar a
38 realidade dos gastos com a fiscalização. Na sequência, ele disse que quanto ao fato do
39 CRMV-MT a questão ainda não foi divulgada porque o processo não está finalizado e que
40 está sendo julgada na 21ª Vara, em Brasília-DF. Destacou que foi cometido um erro que

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 afetou o Sistema, que todos poderão ter ciência do processo e que a seu ver as manifestações
2 foram precipitadas já que desconhecem os autos do processo que ainda está em julgamento.
3 Em seguida, mencionou que o próprio impetrante solicitou sigilo quanto ao processo. No
4 uso da palavra, o Presidente Célio comentou que o problema foi a forma que a notícia chegou
5 aos Regionais e declarou que talvez tenham se precipitado, visto que não tiveram
6 conhecimento dos autos, mas que o rigor com o que o processo foi julgado causou
7 desconforto. No uso da palavra, o Presidente esclareceu que todas as informações constam
8 dos autos do processo e que agora cabe a justiça decidir. No uso da palavra, a Presidente
9 Lisandra solicitou que as manifestações dos Regionais não sejam vistas como um
10 afrontamento ao CFMV. No uso da palavra, o Presidente declarou que também é um amigo
11 do profissional e que ficou muito chocado quando teve ciência de tudo que consta dos autos
12 do processo. No uso da palavra, o Presidente do CRMV-PI, Dr. Anísio mencionou a
13 fiscalização e disse que não existe como fazer fiscalização sem pessoal e que essa rubrica de
14 pessoas não pode constar da rubrica fiscalização, pois é um outro contexto. Continuando,
15 disse que a mesma coisa é para a rubrica combustível, que é utilizado pelo pessoal da
16 fiscalização. Falou que o centro de custo dever ser melhorada a fim de contemplar gastos
17 com fiscal, pessoal de apoio, contabilidade, jurídico, combustível, diária para fiscal e
18 educação e apresentar um relatório mais claro. Informou que um Conselheiro acompanha o
19 fiscal para auxiliar. Na sequência, ele disse que não foram contra a essência do julgamento,
20 mas que alguns trâmites de natureza jurídica poderiam ter sido melhor trabalhados, pois
21 criou um ambiente de instabilidade no exercício da fiscalização causando vulnerabilidade
22 quando da aplicabilidade da pena imposta ao Dr. Verton. Disse que esse caso que está
23 transitando nas esferas jurídicas sirva para que atitudes sejam repensadas e entender o
24 modelo de Sistema que se deseja e qual o caminho a ser seguido. Disse que sua preocupação
25 no Estado do Piauí é formar novas lideranças com pensamentos novos e engrandecedores e
26 que com humildade e serenidade será possível construir um Sistema respeitando as
27 diferenças de posicionamentos e avançando para o bem coletivo. No uso da palavra, o
28 Presidente do CFMV salientou que Presidente de Regional não deve participar e nem fazer
29 fiscalização e que está errado também um Conselheiro acompanhar o fiscal na fiscalização,
30 pois participam do Regional como julgadores. Disse que um membro de Comissão
31 acompanhar um fiscal até já modifica um pouco, mas que mesmo assim ele foi convidado a
32 presidir uma Comissão e que um fiscalizado que se sinta prejudicado vai poder colocar na
33 defesa que o Conselho estava presente. Declarou que a seu ver ninguém que participa de
34 julgamento ou participa de Comissão no Regional deve se envolver com a fiscalização e que
35 o papel do fiscal é fiscalizar e se ele precisar de uma testemunha ele pode chamar qualquer
36 pessoa que lá estiver e o fiscal fará os apontamentos necessários. No uso da palavra, a
37 Presidente Lisandra comentou que a Comissão de Medicina Legal já foi enviada mais de
38 uma vez junto com o fiscal para fazer laudo. No uso da palavra, o Presidente Bruno comentou
39 que para assinar laudo é necessário ter uma ART averbada e disse que o CRMV-MG firmou
40 uma parceria com o Ministério Público sobre essa questão e que o Ministério manda um

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 perito sempre que precisam e que deve ter a ART averbada. Sugeriu que ela verifique sobre
2 essa possibilidade no Rio Grande do Sul. A Presidente disse que todos os membros dessa
3 Comissão são peritos cadastrados e o Presidente Bruno ressaltou precisam da ART averbada
4 e que eles podem até dar um apoio, mas assinar o laudo não em virtude da Resolução sobre
5 RT. No uso da palavra, o Presidente do CFMV avisou que em novembro próximo acontecerá
6 o Encontro de Assessores Jurídicos do Sistema (18 e 19), no Rio Grande do Norte e que
7 esses assuntos apontados serão questionados durante o encontro e que o objetivo é a
8 elaboração de diretrizes gerais e que as decisões do Sistema seja uniforme. No uso da
9 palavra, o Presidente Rômulo comentou a ampliação da Sede do CRMV-RJ em virtude da
10 necessidade de contratar mais seis fiscais e que com esta contratação vai ser necessário
11 adquirir mobiliários e veículos. Destacou que essas despesas são investimentos na
12 fiscalização e que por isso tem que entrar no orçamento. **II – ORDEM DO DIA. Primeiro**
13 **dia (período da manhã). Repensando o Sistema CFMV/CRMVs. 2.1. TCU – Conclusões da**
14 **FOC - Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional.** Apresentantes: Márcio André
15 Santos de Albuquerque, Secretário e Teonio Wellington Martins, Diretor (TCU - Secretaria
16 de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais - Secex Trabalho / Segecex).
17 Presente a senhora Luciana, Assessora do Ministro Weder, Relator da FOC. Com a palavra,
18 o senhor Márcio mencionou o Controle da Atuação dos Conselhos de Fiscalização do
19 Exercício Profissional que foi desenvolvido pela Secretaria do Rio Grande do Sul e que está
20 em fase de votação. Ele informou que o TCU passou por recente reestruturação por um
21 problema orçamentário por conta da PEC 95 que restringiu por dez anos os gastos públicos,
22 podendo ser revista por mais dez anos e que o orçamento do exercício de 2017 foi usado
23 como paradigma, salvo a correção da inflação. Esclareceu que essa questão está causando
24 uma diminuição muito grande do corpo de auditores do Tribunal e que não tem como realizar
25 concurso público, pois está limitado com o teto de gastos da emenda constitucional 95.
26 Destacou que já perdeu em torno de trezentos profissionais entre técnicos e auditores e que
27 a perda da força de trabalho é grande e que assim foi necessário uma reestruturação do
28 controle externo e assim foi criada a Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades
29 Paraestatais e que todos os auditores do Brasil agora estão subordinados a uma Secretaria
30 em Brasília e que agora todos os Conselho estão sob a jurisdição da Secex Trabalho.
31 Prosseguiu informando que então, os Conselho de fiscalização do exercício profissional são,
32 a partir de 1º/04/2019, clientela da Secex. Ele mencionou que existem mais de quinhentos
33 Conselhos no Brasil e que ainda são clientes da Secex tem todo o Sistema “S” que são mais
34 de duzentas unidades jurídicas e que além dos Conselhos e do Sistema “S” tem os antigos
35 Ministérios do Trabalho, Esporte e Cultura, ressaltando que são apenas trinta auditores e que
36 basicamente para atenderem aos Conselhos são apenas seis auditores. Na sequência, ele fez
37 a sua apresentação, que demonstrou o que são os Conselhos de Fiscalização do exercício
38 profissional - *Pessoas jurídicas de direito público até o momento – Autarquias, autonomia*
39 *administrativa e financeira. Sujeitos ao controle do Estado: União delega a função de*
40 *fiscalizar o exercício profissional. Por que os Conselhos de fiscalização do exercício*

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 *profissional existem - finalidade pública. Defender a sociedade da prática irregular de*
2 *profissões, Prevenir dano social decorrente do mau exercício – Qual o percentual médio de*
3 *aplicação da receita orçamentária nas atividades de Fiscalização: Considerando 458*
4 *conselhos regionais é de apenas 8,84% (por cento) e o de Medicina Veterinária: 9,32% (por*
5 *cento) – Como fica a comparação entre receita orçamentária e despesas com fiscalização x*
6 *indenizações a conselheiros e publicidade: Em 50% (por cento) dos sistemas (14 de 28) e o*
7 *de Medicina Veterinária: ? Fiscalização 11,4% (por cento) – indenizações a conselheiros:*
8 *4,5% (por cento) e publicidade: 2,0% (por cento) – Sobre a comparação entre o número de*
9 *fiscais x conselheiros: a quantidade de conselheiros é 240% (por cento) superior à de*
10 *fiscais. Em alguns sistemas, até 10 (dez) vezes maior. Dos 28 Sistemas, apenas 02 (dois)*
11 *possuem mais fiscais que conselheiros, isso considerando apenas os conselheiros titulares*
12 *e o de Medicina Veterinária: 102 (cento e dois) fiscais e 184 (cento e oitenta e quatro)*
13 *conselheiros titulares”. Prosseguindo na apresentação foi tratado a atuação dos Conselhos*
14 *se tem sido satisfatória e da PEC 108/2019 – “os conselhos profissionais não integram a*
15 *estrutura da Administração Pública, são entidades privadas sem fins lucrativos, que atuam*
16 *em colaboração com o Poder Público, se aplicam às regras do direito privado e à legislação*
17 *trabalhista, riscos de burocratização, via criação de procedimentos e rotinas para*
18 *atendimento às corporações profissionais em detrimento do uso dos recursos públicos*
19 *visando à criação de valor público para toda a sociedade”. Durante a apresentação foi*
20 *falado da diferença entre Conselhos, Sindicatos e Associações de classe. Em continuidade,*
21 *ele esclareceu que a Secretaria vai reunir-se com os Conselhos provavelmente no início de*
22 *setembro próximo para montar alguns parâmetros para elaboração do relatório de gestão.*
23 *Ele disse que mais importante que o índice apresentado é a comparação entre Conselhos em*
24 *relação ao orçamento, em relação à atuação do Conselho, em relação ao número de processo*
25 *da área fim que são apreciados. Destacou que o Tribunal não tinha esses dados e que foi*
26 *necessário criar algo. Declarou que os dados apresentados não são bons, mas que por meio*
27 *de diálogos as informações poderão ser aprimoradas e assim será possível verificar como*
28 *está a governança dos Conselhos. Destacou que a meta dos Conselhos deve ser a de cuidar*
29 *da atividade finalística, fiscalização. Informou que no Sistema Medicina Veterinária os*
30 *dados apresentados foram baseados em informações que os próprios Conselhos*
31 *apresentaram e que não havia nenhuma possibilidade da Secretaria ir a cada Conselho*
32 *conferir as informações e que até foi em alguns poucos. Disse que tem Conselhos que não*
33 *investiu nada em fiscalização e teve Conselhos que investiu 22% (por cento). Ele evidenciou*
34 *que o Tribunal não quer que o Conselheiro fique sobrecarregado e não tem como ser*
35 *totalmente honorífico e que tem a necessidade de uma remuneração justa para o que vai*
36 *executar. Destacou que o Presidente de um Conselho administra tudo em um Conselho e que*
37 *não é justo que ele não receba algum tipo de recompensa pelo trabalho realizado e que o*
38 *TCU só deseja que esteja justo e viável. Em 50% do Sistema (14 de 28 visitados)*
39 *indenizações a Conselheiros e publicidade maior do que gasto na fiscalização. Disse que*
40 *essa visão não pode ser passada à sociedade e que cabe a comunicação trabalhar para*

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 apresentar à sociedade um quadro positivo e com efetiva fiscalização e que a comunicação
2 institucional é primordial. Informou que considera o Conselho de Medicina Veterinária de
3 super importância e que a seu ver alguns Conselhos de Profissão não precisariam existir. No
4 uso da palavra, o Presidente Altair mencionou que o papel dos Conselheiros é fiscalizar, pois
5 todos os processos gerados convergem para uma Sessão Plenária onde Diretores e
6 Conselheiros estarão presentes para julgar e decidir o que acontecerá com o profissional.
7 Disse ainda que os Conselheiros que recebem os processos para relatar precisarão se
8 debruçar para estudar os autos do processo e todas as legislações pertinentes para emitir seu
9 parecer e que eles fazem tudo isso de forma gratuita recebendo apenas a exemplo do CRMV-
10 BA R\$ 300,00 (trezentos reais) de diária. Destacou que a seu ver essa quantidade de
11 Conselheiros estão executando um trabalho de fiscalização. No uso da palavra, o senhor
12 Márcio disse que concorda plenamente, mas que os números mostram que o trabalho não é
13 tão de graça como está sendo falado. No uso da palavra, o Presidente Wirton mencionou que
14 a Lei 5.517/1968 tolha a atuação dos médicos veterinários a exemplo de não poder fiscalizar
15 farmácia que comercializa medicamentos veterinários. No uso da palavra, o Presidente
16 Marcos do CRMC-SC questionou o que são os custos considerados pagos aos Conselheiros,
17 os que são gastos com publicidade e os que são considerados gastos com os fiscais. No uso
18 da palavra, o senhor Márcio esclareceu que os custos com Conselheiros são os pagamentos
19 de jetons, diárias, auxílio de representação, verba indenizatória e que para o fiscal é
20 basicamente o gasto com manutenção de veículo, combustível, salário e diária. Na
21 sequência, o senhor Márcio comentou uma preocupação dita por um Deputado que é o poder
22 que os Conselhos de profissão têm em relação à sua fiscalização. Ele destacou que a PEC
23 108/2019 trouxe questões de ajustamentos e que esse é um momento para reflexão: *a)*
24 *Conselhos profissionais não integram a estrutura da Administração Pública; b) Conselhos*
25 *são entidades privadas sem fins lucrativos, que atuam em colaboração com o Poder*
26 *Público; c) Se aplicam as regras do direito privado e a legislação trabalhista; d) Riscos de*
27 *burocratização, via criação de procedimentos e rotinas para atendimento às corporações*
28 *profissionais.* Falou que hoje parece que são 68 profissões regulamentadas, mas que nem
29 todas têm Conselho de classe e que pela PEC permaneceriam os Conselhos que poderiam
30 proteger a sociedade de riscos a exemplo da saúde, segurança e que no seu ponto de vista
31 não pode ocorrer uma proliferação de Conselhos que proteja a sociedade de riscos.
32 Prosseguindo, ele declarou que o regime estatutário traz muito ônus para a sociedade e que
33 é uma proteção que o Estado oferece, mas é a sociedade que paga. Destacou que se faz
34 necessário diminuir burocracias desnecessárias para melhorar o serviço público. Falou que
35 tem dúvidas se os Conselhos precisam ser de natureza pública. No uso da palavra, o
36 Presidente Célio comentou que a Medicina Veterinária tem uma vasta atuação em diversos
37 segmentos a exemplo da segurança alimentar (uma questão diretamente ligada à saúde);
38 segurança animal; saúde única (animal, o homem e o meio ambiente); as exportações; o
39 sistema de produção, agronegócio brasileiro. Em seguida questionou se o Conselho deixar
40 de ser autarquia como continuará como o poder de fiscalizar (poder de polícia) e se a PEC

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 vai tratar todos os Conselhos no mesmo nível ou vai estudar e aprofundar a cada um e o
2 senhor Márcio disse que na sua visão, os Conselhos sofrem muitas amarras por serem
3 pessoas jurídicas de direito público e que poderiam estar mais livres e ter menor controle do
4 Estado e prestar contas a seu próprio conselho fiscal, visto que o dinheiro pertence à
5 categoria à qual o Conselho fiscaliza. Disse que o Estado deve fazer um controle mais
6 finalístico e não o controle de meios e que a seu ver a PEC poderá ajudar nesse sentido e
7 também ajudar a diminuir o número de Conselhos que não tem razão de existir e que por
8 isso defende a PEC 108 e acha também que vai ajudar a fortalecer o trabalho da Medicina
9 Veterinária. Ele informou que o TCU defende que tenha uma Lei geral dos Conselhos. No
10 uso da palavra, o Presidente do CFMV questionou se o senhor Márcio teria conhecimento a
11 respeito do Decretão que está sendo elaborado pela Secretaria do Trabalho do Ministério da
12 Fazenda e que estão analisando todos os decretos que regulamentar a Lei dos Conselhos. O
13 senhor Márcio informou que sim. O Presidente do CFMV questionou se o documento já não
14 é uma intenção de criar uma Lei geral dos Conselhos. O senhor Márcio disse que se preocupa
15 com a legislação por meio de Decreto, pois no seu entendimento estará afastando a sociedade
16 da discussão da matéria e que o regime no Brasil é legitimamente representado pelos
17 Deputados e a matéria que ser colocada por meio dos Deputados para discussão. E ressaltou
18 que medidas por meio de Decreto afasta essa possibilidade e é preocupante. No uso da
19 palavra, o Presidente do CFMV informou que a Secretária do Trabalho juntou todos os
20 Decretos que regulamentou Leis e que o Conselho de Medicina Veterinária está citada no
21 artigo 444 e questionou se não poderá assim ser gerada um Lei Governamental com base
22 nesses estudos. O senhor Márcio disse que pode acontecer e que a proposta do Ministro
23 Weder vai nesse sentido de se criar uma Lei geral dos Conselhos. No uso da palavra, o
24 Presidente do CFMV comentou que esse estudo que vai de encontro à PEC 108/2019. O
25 senhor Márcio disse que estão em um momento de debate e os Conselhos devem se preparar
26 e acompanhar de bem perto todas essas questões que trarão mudanças. No uso da palavra, o
27 Presidente Marcelo comentou a prova de proficiência que a OAB tem e que a Medicina
28 Veterinária muito diligentemente criou também em função da existência de uma quantidade
29 grande de cursos sem qualidade, mas foi considerado inconstitucional porque não consta da
30 Lei que criou a Medicina Veterinária e questionou se com essa ideia de uma nova Lei é
31 possível que haja um controle da qualidade do egresso para registro em um Conselho de
32 classe profissional. A senhora Luciana do TCU esclareceu que a FOC não propõem a criação
33 de uma Lei e que pelas diferentes Leis dos Conselhos seria ideal a criação de uma Lei geral,
34 talvez um Lei orgânica. Disse que o TCU somente tem dado notícias ao Congresso e à Casa
35 Civil sobre os problemas levantados. O senhor Márcio ressaltou que o TCU não tem como
36 fazer Projeto de Lei e sobre o questionamento do Presidente Marcelo, ele informou que em
37 uma Lei geral poderia ter sim esse apontamento e que esta nova Lei precisará ser muito bem
38 estudada e debatida junto aos representantes de Conselhos. No uso da palavra, o advogado
39 Valentino comentou que embora o TCU não tenha a intenção de apresentar uma proposta de
40 Lei, mas que provavelmente se pensou em uma minuta para regulamentação geral das

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 profissões e se ele teria como compartilhar tal entendimento e o senhor Márcio esclareceu
2 que não e que as vezes acontece de técnicos do TCU serem convidados a participarem de
3 proposições de uma Lei a exemplo da Lei das Licitações que tem alguns técnicos trabalhando
4 juntamente com os consultores da Câmara e do Senado a fim de propor melhorias à Lei.
5 Destacou que o relatório da Secretaria do Rio Grande do Sul apresentou um emaranhado de
6 normas e singularidades de cada Conselho, que poderia ser uniformizado. E que no seu
7 entendimento os Conselhos deveriam ser uma Autarquia com descentralizações para os
8 Regionais e que caberia ao Federal gerenciar os Regionais. No uso da palavra, o advogado
9 Montezuma falou da diferença do próprio Conselho e seus Regionais e falou do Conselho
10 de Arquitetura e Urbanismo mencionado na FOC e que a consolidação dos dados é
11 preocupante quando traz a receita orçamentária de um todo para um comparativo e que não
12 tem como ser comparáveis visto a grande diversidade dos Conselhos e que considera uma
13 falha juntar todos como se fossem iguais, quando na verdade não são nem iguais dentro do
14 seu próprio Conselho Federal. O senhor Márcio disse que a partir do que foi apontado vai
15 poder ser verificado a existência de distorções e que este é o primeiro trabalho feito com o
16 contexto de todos os Conselhos de profissão. Esclareceu que o modelo de ser somente uma
17 Autarquia poderia resolver as distorções, pois os Regionais seriam melhor geridos e o
18 dinheiro arrecadado o Federal estudaria a melhor forma de investir. Destacou que
19 minimamente o relatório para ajudar no sentido de enxergarem as distorções do Sistema e
20 trabalhar para o aperfeiçoamento. No uso da palavra, o Presidente Marcus disse que o
21 Regional tem três veículos e que é somente utilizado na fiscalização e questionou o porquê
22 desses veículos e o gasto com combustível não poder entrar no orçamento como
23 investimento na fiscalização. O senhor Márcio esclareceu que o TCU não teve mecanismos
24 para comparar, mas caso tenha um novo trabalho como esse, será aperfeiçoado. No uso da
25 palavra, o Presidente Wirton disse que faltou ser criado um setor de fiscalização no centro
26 de custo do programa contábil. Falou que a seu ver o Governo precisa ter como prioridade
27 fiscalização, saúde, segurança e educação. O senhor Márcio disse que a FOC também tem
28 como objetivo fazer com que os Conselhos repensem a sua administração e foque em
29 melhorias. No uso da palavra, a Presidente Lisandra questionou como ficará o regime para
30 os colaboradores concursados dos Conselhos e o senhor Márcio informou que o Supremo
31 Tribunal Federal decidirá sobre a questão e se o regimento mudar vai ter que ocorrer um
32 encontro de contas. Ela questionou se os Conselhos se tornarem privados como seria a
33 contração dos fiscais e o senhor Márcio esclareceu que se preocupa em ter ad hoc para
34 fiscalização e que essa questão ainda precisa de estudo e que se trata de uma atividade típica
35 do Estado delegada a alguém. No uso da palavra, o advogado Montesquieu comentou a FOC
36 e questionou se ela for aprovada da forma que está em curto prazo qual seria o tratamento
37 dentro do Ministério da Economia e o senhor Márcio disse que a seu ver, vai impulsionar
38 uma vontade que o Governo tem de regulamentar a questão dos Conselhos. Na sequência o
39 advogado questionou como ficaria também a PEC 108/2019 proposta pelo Ministro da
40 Economia e o senhor Márcio disse que a FOC vai legitimar algumas ações do Governo

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 Federal. Ao final, o senhor Marcio agradeceu o convite. No uso da palavra, o Presidente
2 agradeceu ao senhor Márcio e sua equipe pelos esclarecimentos e que agora todos tem
3 consciência de que o Sistema tem que ser repensado e que a FOC sem dúvida alguma será
4 um embasamento para que o Governo Federal decida sobre novas definições dos Conselhos
5 e que agora, mais do nunca, o Sistema deve focar na fiscalização, que é o grande objetivo do
6 Conselho. **2.2. Portal da Transparência e Ouvidoria do CFMV.** Primeiro dia (período
7 vespertino). Apresentante: Ouvidoria do CFMV / Assessoria de Planejamento do CFMV. A
8 senhora Marcilene declarou que o foco na Administração Pública é cada vez mais o cidadão
9 e deu início à sua apresentação demonstrando que no Sistema CFMV/CRMVs tem a
10 Ouvidoria do CFMV e em mais sete Regionais (AM, BA, MG, MT, SE, SP e RJ) e solicitou
11 que tendo mais algum Regional que comunique por e-mail à Ouvidoria do CFMV. Como
12 canais de comunicação, informou que a Ouvidoria - Geral do CFMV utiliza o Sistema
13 Fala.BR (e-Ouv), e-mail e atendimento telefônico e que atualmente o canal Fala.BR (e-Ouv)
14 é também utilizado pelos CRMVs BA, PR, SC e SP. Demonstrou as demandas recebidas
15 pelo Fala.BR (e-Ouv de janeiro a julho de 2019 e por Estado “(...). Ela apresentou os tipos
16 de manifestações e percentual de demandas resolvidas e índice de satisfação e ainda, série
17 histórica dessas manifestações. Ressaltou que as demandas, em sua grande maioria, são
18 resolvidas no próprio Conselho Federal, mas que algumas precisam ser tratadas diretamente
19 pelo Regional. Demonstrou o total de e-mail recebidos no geral e por Estado, destacando
20 que foram respondidos 1.433 e-mails e que somente 232 foram direcionados ao Regional ou
21 respondido ao cidadão com solicitação para que procure o Regional de sua jurisdição. Na
22 sequência, ela comentou sobre a Resolução CFMV 663/2000 e disse que alguns Regionais
23 têm se utilizado da Ouvidoria do Conselho Federal em substituição à essa Resolução e
24 esclareceu que os Regionais devem ser valer dos procedimentos dessa Resolução para só
25 então, solicitar posicionamento do Conselho Federal, ou seja, que o assunto seja discutido
26 internamente pelo Regional e que o questionamento chegue no CFMV já com um parecer
27 do jurídico a fim de evitar conflitos de interpretação. Enfatizou que o Conselho Federal e
28 Regionais são um Sistema que precisam se ajudar, mas que é de suma importância seguirem
29 os trâmites estabelecidos na Resolução 663/2000 para receberem um posicionamento oficial
30 do Conselho Federal. Evidenciou que o atendente da Ouvidoria deve ter conhecimento e
31 entendimento das Legislações para melhor atender a sociedade. Ao final, ela declarou que a
32 Ouvidoria é um canal extremamente importante para dar visibilidade aos Conselhos, bem
33 como de aproximação com a sociedade e até mesmo do próprio Sistema. Ato seguinte. No
34 uso da palavra, a senhora Laura comentou o livro Abundância do escritor Peter Diamandis,
35 Presidente da Singularity University e recomendou a todos que lesem, pois é muito voltado
36 para a inovação. Destacou que o livro deixa bem claro o que é abundancia e o que é escassez.
37 Disse que os desafios de mudança que o Sistema têm pela frente devem ser olhados como
38 oportunidades de desenvolvimento, de criação e de novos posicionamentos e não como
39 escassez. Declarou que se o Sistema se voltar para o olhar de escassez vai significar o fim e
40 que com certeza, todos torcem para que seja o contrário. Na sequência, comentou o Portal

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 da Transparência e disse que se trata de uma ferramenta gerida e trabalhada dentro da
2 estratégia da Ouvidoria – Geral. Informou que auxiliou a senhora Marcilene com base na
3 Lei 12.527/2011, que é a Lei de Acesso à Informação. Registrou que foi desenvolvido um
4 Manual por uma equipe do CFMV e que está disponível no portal da transparência para
5 consulta. Prosseguiu, relatando que as informações do TCU demonstraram muito o impacto
6 financeiro nas diversas áreas e, com isso, justificou a escolha dos itens que foram mapeados
7 e que estará sendo por ela apresentados. Em continuidade, ela apresentou o cenário
8 encontrado após estudo feito sobre todo o Sistema referente ao Portal da Transparência “Raio
9 X Sistema CFMV/CRMVs – percentual por assuntos publicados nos 27 portais, já que 1
10 Conselho Regional não possui site, (Organograma, Atas e Acórdãos – Dados Estatísticos
11 Medicina Veterinária e Zootecnia – Gestão Contábil – Gestão de Pessoas – Licitações,
12 Contratos & Convênios e Relatório de Gestão) e percentual de conteúdos inseridos, também
13 apresentado por Região. “(...)”. Ao final, ela fixou que o momento agora é de união, de
14 trabalho em equipe para construir estratégias e posicionamentos que tragam resultados
15 positivos e que possibilitem a ascensão do Sistema. Em seguida se colocou à disposição para
16 perguntas e comentários. As dúvidas foram esclarecidas pela senhora Laura. Ela ressaltou
17 que além dos itens mencionados durante a apresentação existem outros que devem constar
18 do Portal da transparência. Informou que a apresentação será disponibilizada a todos os
19 Regionais pelo Gabinete da Presidência e que o Manual do Sistema CFMV/CRMVs consta
20 do Portal da transparência do CFMV, demonstrando como acessar e baixar esse Manual que
21 está atual e que pode ser seguido. Ato seguinte. O Presidente do CRMV-SP comentou a Lei
22 Geral de Proteção de Dados que vai começar a valer a partir de agosto do próximo exercício
23 e que disciplina o tratamento de qualquer informação que identifique uma pessoa. Disse que
24 vai ser necessário solicitar autorização a cada profissional para que possa enviar qualquer
25 tipo de informação. Ele salientou que o Regional já está tomando providências e que durante
26 a entrega da carteira ao profissional ele já é consultado se aceita ou não receber informações
27 do Conselho e desde que o profissional assine a autorização, o Regional registra que ele é
28 favorável em receber informações. Explicou que se o profissional disser não, o contato então,
29 será apenas passivo e somente quando ele quiser. Disse que os Regionais precisam estar
30 atentos para as regras. No uso da palavra, a senhora Laura disse que esse projeto envolve
31 planejamento, comunicação, tecnologia e jurídico e que a Lei deverá ser olhada com todas
32 essas vertentes. Informou que será um grande desafio em termos de comunicação e
33 acessibilidade. Disse que vendo a Lei pelo ângulo positivo o profissional que der a
34 autorização é porque tem realmente o interesse na informação e que ao receber um conteúdo
35 que ele aprove com certeza contaminará inúmeros outros e que dessa forma, trabalhará o
36 “*boca a boca*”. Destacou que o Sistema gera valor, pois ele fiscaliza, legisla entre outras
37 questões, mas ao mesmo tempo vem a incógnita em saber se esse valor é percebido pelo
38 médico-veterinário, pelo zootecnista, pela sociedade em geral e que a seu ver a resposta é
39 não, não em sua totalidade, pois se o Sistema já tivesse valor percebido não teria sido
40 necessário receber os esclarecimentos do Tribunal de Contas da União no dia de hoje.

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 Sinalizou que o Sistema está em um momento de desconforto, mas que na verdade se trata
2 de uma grande oportunidade de repensar as atitudes, os posicionamentos, enxergar novos
3 rumos e descobrir o que será feito e como será feito e que só alcançará sucesso se todo o
4 Sistema estiver unido. **2.3. O futuro dos Conselhos no cenário da PEC 108/2019.** No uso
5 da palavra, o advogado Valentino disse que o objetivo do Sistema estar reunido nestes dois
6 dias tem como tema *Repensar o Sistema* e que, pela fala do Secretário do TCU, da senhora
7 Flávia, da senhora Marcilene e da senhora Laura, a maioria dos médicos veterinários, dos
8 zootecnistas e a sociedade desconhecem o que os Conselhos fazem. Disse que neste
9 momento as falhas não devem ser vistas como pontos negativos e, sim, como pontos de
10 melhorias e encontrar formas de mudar a atuação e, a partir de então, levar à sociedade a
11 impressão e a certeza de que o Conselho precisa existir. Na sequência, disse que será com
12 base nesse contexto que fará uma apresentação a respeito da PEC 108/2019, proposta nesse
13 ambiente liberal proposto pelo Governo atual e que pretende desburocratizar a máquina
14 pública a fim de que o Estado atue somente naquilo que for essencial para o pleno
15 funcionamento da sociedade. Deu início à sua apresentação demonstrando um histórico do
16 porquê da criação dos Conselhos e como se deu a regulamentação para regulação
17 profissional “(...)”. Continuando, destacou que foi concedido às Autarquias o poder de
18 polícia, que é o poder do Estado de interferir e limitar as liberdades individuais para proveito
19 à coletividade. Comentou os requisitos de atuação dos Conselhos junto aos profissionais para
20 fiscalizarem. Em seguida, ele apresentou dados demonstrando como o Supremo Tribunal
21 Federal, desde o primeiro julgamento (realizado em 1956), definiu como autárquica e/ou
22 pública a natureza dos Conselhos. “(...)”. Em relação ao poder de polícia, ele informou que
23 em essência é o que dá legitimidade para sustentar a manutenção da natureza pública dos
24 Conselhos e comentou uma decisão do STJ a respeito de um processo instaurado em Minas
25 Gerais e que, quanto aos 4 ciclos do poder de polícia (legislação, consentimento, fiscalização
26 e sanção) autoriza a delegação a entidades privadas dos ciclos consentimento e fiscalização
27 “(...)”. Prosseguindo, ele ressaltou que o STF ainda não se declarou a respeito dessa
28 delegabilidade parcial do poder de polícia e que o que há, de fato e concreto, é o resultado
29 do julgamento da ADI 1717, definiu a indelegabilidade do poder de polícia a entidades
30 privadas. No uso da palavra, o Presidente Marcelo (CRMV-PE) mencionou que o poder de
31 polícia da vigilância sanitária é claro, pois a entidade pode mandar fechar o estabelecimento
32 que apresenta irregularidades e questionou a respeito do poder de polícia dos Conselhos. O
33 advogado esclareceu que no caso do Conselho a Legislação do Sistema é frágil e deficiente
34 no que se refira às medidas adotáveis pelos fiscais diante de alguma irregularidade e que
35 talvez uma Lei Geral de Conselhos (como cogitado de modo não oficial) possa permitir
36 avanços sobre essa questão, mas que hoje as medidas que o Sistema pode utilizar são
37 pouquíssimas a exemplo de multa, auto de infração, etc. Voltando a linha de regulação
38 profissional, o advogado Valentino disse em resumo que é interesse estatal, e não de
39 governo, a regulação profissional e para que isso bem ocorra deve haver o poder de polícia
40 que segundo o STF não pode ser transferido para entidades privadas e que o STF entende

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 que somente profissões cujas atuações resultem em danos concretos à saúde ou até mesmo
2 à economia merecem tutela do Estado e intervenção estatal. Retornando ao assunto da PEC
3 108, ele disse que, de tudo que consta na PEC, os dois principais pontos que atingem o
4 Conselho são, primeiro ponto que ela define é o risco de dano concreto à vida, saúde,
5 segurança ou ordem social: uma diretriz para limites ao exercício profissional ou obrigação
6 de inscrição em conselho profissional, o que significa que todas as profissões que guardarem
7 esse tipo de qualificação terão essa tutela e que os Conselhos assim enquadrados continuarão
8 a existir e que as respectivas profissões continuarão a ser regulamentadas, o que está aderente
9 ao posicionamento do STF (RE 511.961). Em relação às pessoas jurídicas de direito privado,
10 sem fins lucrativos, ele informou que contraria a posição do STF quando julgou a ADI 1717
11 que entendeu naquela oportunidade que somente entidades públicas poderiam exercer o
12 poder de polícia. Mencionou a inconstitucionalidade da PEC por permitir que entidades
13 privadas limitem o direito individual fundamental previsto no inciso XIII, art.5º, da
14 Constituição Federal, o que não pode ocorrer nem mesmo por proposta de emenda
15 constitucional. Falou que o posicionamento dele e dos demais advogados do Conselho
16 Federal é de que ao permitir que uma entidade privada interfira na liberdade do exercício
17 profissional a cláusula pétrea é atingida e portanto a PEC está viciada na origem quando
18 tenta privatizar o poder de polícia. Na sequência, ele comentou a Zootecnia no contexto risco
19 de vida, saúde, segurança ou ordem social e disse que para a inserção, a Zootecnia terá que
20 ter esforço argumentativo e técnico com ou sem o auxílio da Medicina Veterinária.
21 Prosseguindo ele falou que, caso prevaleça a PEC, será necessária a criação de ente estatal
22 para os ciclos indelegáveis do poder de polícia (legislação e sanção) e que conforme
23 pronunciamento do STJ, que ainda falta enfrentamento pelo STF, dos quatro ciclos, dois
24 continuam indelegáveis e que ainda haverá discussão a respeito. Ele demonstrou como será
25 a tramitação da PEC “(...)”. Finalizando o assunto da PEC, ele declarou que no que se refira
26 à Medicina Veterinária existe um campo muito fértil para demonstrar que a profissão está
27 aderente às diretrizes definidas na PEC, basta verificar a legislação interna que exige a
28 atuação do médico veterinário quer na iniciativa privada, quer no serviço veterinário oficial.
29 Falou das legislações internacionais, dos blocos comerciais, da gripe suína, da aproximação
30 do Mercosul com a União Europeia, dos rigores sanitários e que todas essas questões são
31 importantes para demonstrar que a Medicina Veterinária tem que ser regulamentada e que
32 tem que haver um Conselho para fiscalizar. Destacou que a sociedade deveria, em essência,
33 vir ao socorro do Conselho e não deixar que a PEC prospere, mas que na prática isso não
34 está acontecendo, porque ninguém percebe os Conselhos da forma que devem ser percebidos
35 e que essa falha deve estar na comunicação ou na própria atuação. Em continuidade,
36 comentou a importância da identificação de atores públicos e privados a fim de verificar
37 oportunidades e ameaças de aproximação e mencionou que foi divulgado na mídia que a
38 OAB e o Conselho Federal de Medicina conseguiram desde já uma exclusão da PEC e que
39 o Conselho de Medicina Veterinária deve se aproximar para saber dessa articulação e como
40 ocorreu tal aproximação e se estão realmente fora ou não. Prosseguindo, ele esclareceu que

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 o Conselho Federal tem assento no Conselhão e que o advogado Montezuma representa o
2 Presidente naquele Fórum e que eles têm articulado para uma atuação conjunta e que soube
3 da Assessoria Parlamentar do Conselho Federal é que na própria CCJ haja a rejeição da PEC,
4 mas que não é certeza, mas foi uma impressão que o Assessor teve. Comentou sobre a Justiça
5 Estadual (que assumiria todo o passivo processual hoje em tramitação na Justiça Federal) e
6 disse que vê como uma oportunidade do Sistema se aproximar de um público que não tem
7 contato. Disse que no evento do CNJ em que vários Presidentes participaram e que houve a
8 informação de que são dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil processos em tramitação
9 na Justiça Federal e que se aprovada a PEC no dia posterior todos esses processos irão para
10 a Justiça Estadual sem nenhum tipo de repasse financeiro e sem nenhum tipo de aumento de
11 magistrados, servidores e espaço físico para dar conta dessa grande demanda e que por uma
12 questão de lógica, disse que a Justiça não vai querer receber esse passivo processual e quais
13 servidores irão querer receber essa grande quantidade de processos e trabalhar com a
14 celeridade exigida pela Constituição no que trata da tramitação do processo. Ressaltou que,
15 então, o Sistema pode se aproximar da Associação dos Magistrados, da Associação dos
16 Servidores Estaduais e demonstrar que esse passivo que virão a receber pode congestionar
17 as atividades e que também haverá um prejuízo. Sugeriu ainda, que usassem a base
18 parlamentar dos seus Estados para forçar a base federal ser contrário à PEC. Salientou a
19 importância de repensar o Sistema, modificar o agir e comunicar com o público direto e
20 destacou que orientar o profissional também é uma competência do Sistema e que este é um
21 momento importante para que o médico veterinário e o zootecnista conheça o Conselho e
22 saiba como o Conselho pode ajudá-lo de maneira profissional no sentido de direitos e
23 garantias e também na atuação profissional. Ato contínuo, ele apresentou informações sobre
24 processo ético-profissional, demonstrando que foram 1497 julgados de 2013 a 2017 (média
25 de 11 por ano em cada Regional). Na sequência, projetou dados sobre fiscalização e dados
26 do Sistema CFMV/CRMVs (informações dos próprios Regionais em relação à quantidade e
27 salários de fiscais e a quantidade de veículos). Ao final, ele destacou que a fiscalização é a
28 finalidade precípua do Conselho e que ela deve ser bem estruturada, ter profissionais com
29 expertise e conhecimento e que sejam incentivados pela sua própria profissão a bem de
30 desempenhar acertadamente o seu papel. Ele agradeceu ao Presidente pela oportunidade e
31 agradeceu a toda equipe do Dejur/CFMV e se colocou à disposição para quaisquer
32 esclarecimentos. No uso da palavra, o Presidente Marcelo externou seu agradecimento ao
33 Conselho Federal pela reunião que ainda irá transcorrer, parabenizando os oradores que até
34 agora puderam apresentar o panorama do Sistema e que está sendo engrandecedora essa
35 visão. Disse que o Sistema precisa sim melhorar e solicitou que as apresentações sejam
36 disponibilizadas aos CRMVs, pois serão úteis. O Presidente Altair parabenizou o advogado
37 pela apresentação e disse que foi bastante elucidativa e que as duas últimas apresentações
38 demonstraram que o Sistema realmente se comunica muito mal com o público interno e
39 externo, pois os próprios profissionais desconhecem o Conselho. Ele mencionou que o
40 Regional fez uma pesquisa para saber se o profissional saberia dizer o que é um Conselho

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 profissional e que quarenta e quatro por cento chegou próximo do que é o Conselho e que
2 sessenta e seis por cento não tinha nem ideia do que é um Conselho de classe e que alguns
3 confundiram com Sindicato. E, que dessa forma, disse ele, pode se imaginar que a sociedade
4 desconhece mesmo o que faz o Conselho. Mencionou que o Regional está em um trabalho
5 árduo de grande divulgação e que os profissionais e a sociedade precisam saber o que tem
6 feito o Conselho e que a seu ver quando o Governo decide criar uma PEC como essa é porque
7 muito provavelmente pouco entende a importância do trabalho dos Conselhos de regulação
8 profissional. Ressaltou que o Sistema tem que conversar melhor e se aproximar mais da
9 profissional e da sociedade. No uso da palavra, o advogado Valentino noticiou que o
10 julgamento da FOC-TCU foi retirado da pauta e que não será julgada no dia de amanhã e
11 esclareceu que uma vez publicado o Acórdão o Sistema terá oportunidade de apresentar
12 manifestação e que lhe parece que haverá uma sinalização para que ocorra uma ação conjunta
13 dos Conselhos na apresentação do pedido de reconsideração. Falou que quanto aos dados do
14 centro de custo e parâmetros da fiscalização os Regionais já poderão iniciar seus
15 levantamentos para subsidiar as próximas discussões no próprio âmbito do TCU, visto que
16 o TCU vai dar andamento ao esse julgamento independentemente da PEC. Disse que o
17 Sistema tem que mostrar ao TCU os eventuais erros que cometeram e também os acertos
18 com o objetivo de que o Tribunal reveja os critérios e as balizas que foram definidas para
19 verificar a questão da fiscalização. No uso da palavra, o Presidente Rodrigo mencionou um
20 novo modelo de relatório que é o Relatório integrado de todo o Sistema juntamente com o
21 CFMV. No uso da palavra, o advogado Valentino disse que essa é uma indicação do TCU
22 para forçar a unificação do Sistema, mas tem uma barreira que é a Lei de cada Sistema e que
23 no caso da Medicina Veterinária os Regionais têm autonomia administrativa e financeira e
24 que tem Sistema que se apresenta como apenas uma entidade a exemplo do Conselho de
25 Arquitetura e Urbanismo do Brasil. No uso da palavra, o Presidente José Renato agradeceu
26 pelo apoio do Conselho Federal que foi vital para que o Regional tivesse sustentação. Disse
27 que hoje o Brasil discute a inspeção privada nas indústrias de carne principalmente e que
28 essas indústrias serão fiscalizadas através dos seus Conselhos que tem um papel vital no
29 acompanhamento desse profissional no exercício da profissão. Ele mencionou que as
30 questões sanitárias internacionais são realmente muito importante, pois o próprio Ministério
31 da Agricultura tem que estar junto com o Conselho Federal de Medicina Veterinária e
32 Regionais para que defenda essa guerra, pois o Brasil perderá um grande mercado
33 internacional com o enfraquecimento que estão querendo implantar no País. Ressaltou que
34 precisa ser amplamente sinalizado que o Brasil não tem como ficar sem o médico veterinário
35 na linha de inspeção visto que é um País que mais produz proteína animal hoje e exporta.
36 Ele propôs que todos procurem força política em seus Estados a fim de fortalecer o CFMV
37 nesta luta. O advogado Valentino disse que a seu ver a importância da profissão é
38 inquestionável e que no momento o grande desafio é o Conselho mostrar o que tem
39 adicionado neste cenário para justificar a sua existência. Esclareceu que o profissional atuar
40 na indústria de produtos de origem animal é inegável, mas o que está precisando é o Sistema

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 mostrar o que tem realizado para qualificar essa atuação e para que as pessoas saibam que
2 existe uma garantia de que o profissional que está atuando estará sendo bem monitorado por
3 alguém. Declarou que o Sistema deve deixar claro que a profissão existe a despeito do
4 Conselho, mas que também a profissão existe por causa do Conselho. No uso da palavra, a
5 Presidente Francisca parabenizou o advogado Valentino pela apresentação e disse que
6 durante a Conferência dos Conselhos Profissionais realizada em Brasília em que esteve
7 presente foi tratado esse tema da PEC. Disse ela, que repensar o Sistema agora é uma
8 realidade e que essa proposta veio para uma autoanálise e avaliação do caminho a seguir e
9 onde se deseja chegar. Ela sugeriu uma padronização de procedimentos para todo o Sistema,
10 visto que os posicionamentos são divergentes e que dessa forma o Sistema só perde e que se
11 faz necessário um alinhamento e seguir em uma só direção. Destacou que é salutar pensar
12 diferente, mas que o Sistema agora precisa sair da zona de conforto e trabalhar por uma
13 padronização de procedimentos. Mencionou a premiação que o CRMV-SP recebeu pelo
14 relatório de gestão e sugeriu que o modelo seja adotado como padrão. No uso da palavra, o
15 Presidente Anísio parabenizou o advogado Valentino pela forma didática em que
16 contextualizou a realidade do Sistema. Declarou que não vai ser copiando modelo que o
17 Sistema irá avançar, visto que a realidade do Piauí não é a realidade de São Paulo e por ai
18 vai, pois o Brasil é um País continental com extrema desigualdade educacional, social, de
19 infraestrutura e que abruptamente o cenário de gestão terá que ser mudado. Informou que é
20 cultural ouvir que o Conselho só serve para receber anuidade e que agora deve ser pensado
21 de forma pedagógica como atrair e conscientizar a sociedade do Conselho. Prosseguindo,
22 ele disse que no seu entendimento o Sistema precisa entender como o TCU deseja receber
23 do Conselho a demonstração de uma efetiva fiscalização e que de posse do entendimento do
24 Tribunal, cada Regional poderá trabalhar dentro da sua realidade e que é de fundamental
25 importância que cada Regional reconheça e pontue as suas fragilidades para que o Sistema
26 possa avançar com organização e profissionalismo. No uso da palavra, o Presidente Bruno
27 comentou que é frustrante quando fiscaliza alguns estabelecimentos onde não tem
28 ferramentas para atuar. Disse que a Resolução 1275/2019 funciona muito bem e que nos
29 estabelecimentos veterinários a fiscalização é bem tranquila, mas quando o fiscal vai à uma
30 fábrica de ração, em um frigorífico, em um laticínio, estabelecimentos mais complexos e que
31 se faz necessário criar novas ferramentas de atuação, a exemplo da Resolução 1275/2019,
32 objetivando abranger as demais áreas, pois da forma como está, deixa brechas para
33 questionamentos, causa muito incômodo e que vê como uma grande fragilidade para o
34 Sistema. No uso da palavra, o Presidente Domingos parabenizou as equipes pelas
35 apresentações e disse que foram bem importantes e disse que a preocupação agora é
36 encontrar soluções. Falou que têm Conselhos com fragilidades pessoais, também financeiras
37 e estruturais. Ele mencionou que conseguiu enxergar que no CRMV-PB ainda precisa
38 trabalhar vários pontos e que talvez a zona de conforto realmente atrapalhe ter essa visão e
39 que provavelmente a nova Gestão do Regional vai conseguir verificar pontos que ainda
40 precisam ser melhorados. Ressaltou que o Sistema ainda tem muitas fragilidades quanto aos

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 processos licitatórios e que seria importante alguns Regionais serem ajudados. Comentou
2 que o CRMV-SP tem um sistema funcional bom e que graças ao Presidente Pulga que faz
3 uma gestão efetiva, tudo transcorre bem. Salientou que uma outra fragilidade do Sistema é
4 alguns Regionais não terem pessoal suficiente para realizarem as diversas tarefas necessárias
5 para o bom andamento do Conselho e que alguns nem tem condição financeira para
6 contratação do mínimo possível. Continuando, disse que no seu entendimento o Conselho
7 Federal precisa estudar uma forma de avaliar as fragilidades de cada Regional e elaborar
8 uma ação estratégica de soluções e de ajuda, pois o CFMV é a luz do Sistema. Evidenciou
9 que sempre enxergou as auditorias realizadas pelo Conselho Federal no CRMV-PB como
10 um norte, pois o relatório deixava claro para o Regional onde ele teria que estar melhorando.
11 Ao final, mencionou que seu desejo é ver o Sistema caminhando por um único caminho. No
12 uso da palavra, o Presidente do CFMV comentou a atuação dos zootecnistas como RT no
13 setor de alimentos, na área de laticínios, em granja de ovos, na produção de embutidos, na
14 área de derivados de carne e em laboratórios e que está faltando uma avaliação e que por
15 isso esta reunião tem também o objetivo de discutir essa questão para acabar com esses
16 desvios que ocorrem no Sistema. Destacou que é o momento crucial para que o Sistema seja
17 organizado e tenha uma voz única. Prosseguindo, declarou que toda a equipe do CFMV está
18 à disposição dos CRMVs para ajudar. Sinalizou a importância da assessoria técnica do
19 CFMV, que conta com três médicos veterinários e que vêm trabalhando na melhoria do
20 Sistema. Disse que nesse um ano e seis meses de Gestão tem envidado esforços para
21 alinhamento do Sistema e que agora o empenho deverá ser ainda maior. No uso da palavra,
22 o Presidente Rodrigo disse que seria interessante que a Assessoria técnica do CFMV desse
23 um apoio aos CRMVs no contexto do Portal da Transparência, pois se trata de uma questão
24 bastante conceitual e que uma visão externa ajuda. Prosseguindo, ele disse que a respeito das
25 fiscalizações, o Regional teve uma ideia de editar uma Normativa técnica pontuando o que
26 o RT realiza, o que seria uma forma de valorizar o profissional e normatizar cada fiscalização
27 com uma Normativa técnica específica da área pontuando todas as obrigações que o
28 Responsável Técnico pode realizar. Informou que no seu entendimento a fiscalização terá
29 que ser feita por um médico veterinário tendo em vista que poderão surgir questionamentos.
30 No uso da palavra, o advogado Valentino em resposta ao Presidente Rodrigo mencionou o
31 Manual de Responsabilidade Técnica Federal que será instituído e sinalizou que a Comissão
32 de Responsabilidade Técnica foi criada nesta Gestão justamente para preencher esse vazio e
33 que nesse Manual constarão as diretrizes técnicas pontuando o que cada Responsável
34 Técnico, de cada área de atuação, terá que fazer. Informou que o material seguirá para a
35 análise dos CRMVs e que ele visa aprofundar cada área de atuação, inclusive quais
36 profissionais são elegíveis para cada tipo de atuação. Destacou que o Manual será orientativo
37 tanto para o RT como para o Regional proceder a fiscalização. Ao final, disse que os CRMVs
38 devem encaminhar ao CFMV questões que porventura entendam que devam ser acrescidas
39 ao Manual e a equipe técnica do Conselho Federal vai analisar as proposituras. No uso da
40 palavra, o Presidente do CFMV declarou que esse Manual estará sendo encaminhado aos

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 CRMVs, que ele foi dividido em cinco linhas de atuação e que será colocado em audiência
2 pública no site do Conselho Federal. Declarou que o Manual de Fiscalização também está
3 sendo trabalhado e que em novembro próximo vai ter uma reunião com todos os fiscais do
4 Sistema para alinhamento e que depois o material será enviado aos CRMVs para avaliação.
5 Informou que a postura do fiscal, o que ele deve fiscalizar e como fiscalizar, vai estar tudo
6 pontuado no Manual. No uso da palavra, o advogado Valentino esclareceu que o Manual da
7 Lei de Acesso à Informação que o Conselho criou não foi somente pela equipe interna e que
8 houve participação de funcionários dos CRMVs e que o Manual tem informações analíticas
9 do que deve ser disponibilizado, inclusive com apresentação de slides como sugestão para
10 disposição das informações no Portal da Transparência. No uso da palavra, o Secretário-
11 Geral do CFMV mencionou que ao ouvir as colocações só vem ressaltar a ideia de que, de
12 uma certa forma, por várias razões, o médico veterinário é especial e que o ângulo de visão
13 do médico veterinário é maior do que a de outras profissões. Prosseguindo, ele disse que
14 estão em um momento especial, que estão tendo problemas, mas que é um momento
15 necessário para desenvolver mudanças. Mencionou que a situação mexe não só no Sistema,
16 mas também a pessoa em seu íntimo e que os aspectos discutidos nesta reunião só serão
17 resolvidos se forem adotadas atitudes de ações colaborativas, formativas e somativas.
18 Continuando, comentou o olhar de outros países a exemplo da Austrália, Nova Zelândia,
19 França, Canadá, Estados Unidos sobre a Medicina Veterinária Brasileira, pois consideram o
20 maior laboratório do mundo e que a eles interessam saber como a Medicina Veterinária do
21 Brasil tem resolvido os seus problemas em um País continental. Destacou que as
22 divergências só poderão ser vencidas se o trabalho for desenvolvido de forma colaborativa
23 e participativa, pois o ideal para São Paulo não é para o Maranhão e vice-versa. Ressaltou
24 que o Sistema anteriormente não trabalhou uma cultura de renovação e inovação e que o
25 propósito desta Gestão é inovar. Ele solicitou que os Regionais se sentissem convidados a
26 participarem com ideias no sentido de buscar trabalhar esses elementos enxergados pelo
27 Sistema como problemas a fim de encontrar soluções e ter a condição de atender a
28 diversidade de questões que o Sistema está vivendo agora e que causarão mudanças
29 significativas. Destacou que é o momento do Sistema se posicionar e encontrar uma saída e
30 que a seu ver é indiscutível que o Conselho deverá permanecer visto que trabalha com saúde
31 única e demais elementos importantíssimos à sociedade. Ressaltou que como o papel desta
32 Gestão é inovação está mesmo na hora de necessariamente agilizar o Sistema e informatizar
33 o Sistema. Comentou que o Conselho Federal está no aguardo da plataforma SEI e que
34 implementando a plataforma será uma grande ajuda nos aspectos de resolução de assuntos
35 que não devem ficar para serem resolvidos no próximo exercício. Externou sua felicidade
36 em estar na companhia dos Presidentes do Sistema CFMV/CRMVs e disse que todos devem
37 participar deste momento tão importante onde vai ser possível reafirmar, com base em novos
38 critérios e em novos valores, as políticas do Sistema. Continuando, ele salientou que o
39 CFMV está com base técnica para encontrar soluções sobre aspectos já apresentados nesta
40 reunião e mencionou que a profissão de médico veterinário é imprescindível para o Brasil e

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 para o mundo. No uso da palavra, o Presidente Júlio agradeceu pela oportunidade e
2 parabenizou o CFMV pela organização do evento. Disse que os colaboradores envolvidos
3 estão de parabéns pela sensibilidade e delicadeza e que os detalhes o deixou feliz. Na
4 sequência, ele comentou a Conferência Nacional dos Conselhos, já citada pela Presidente
5 Francisca, e disse que ter participado dessa foi valoroso e enriquecedor. Destacou que ficou
6 bastante emocionado quando foi chamado o CRMV-SP para recebimento do prêmio e que
7 sua emoção maior foi de ter ouvido o nome da Medicina Veterinária nessa Conferência. Ele
8 parabenizou o Presidente Pulga pelo brilhante trabalho, disse que a questão contábil é
9 complexa e que durante a Conferência, ouvindo o palestrante, percebeu que alguns
10 procedimentos podem ser simplificados. Apontou que a situação que os Conselhos estão se
11 deparando é séria e evidenciou que a FOC apresentada pelo TCU não é mais do que
12 informações que os próprios Regionais encaminharam e ficou claro que o Sistema ainda não
13 sabe contabilizar e se posicionar de forma clara a fim de demonstrar o investimento na
14 fiscalização. Solicitou que o CRMV-SP, que foi premiado a nível nacional, possa ensinar os
15 demais Regionais como fazer um relatório de gestão e se possível por meio de um tutorial.
16 Declarou que esta reunião está sendo mais proveitosa do que as reuniões anteriores, visto
17 que o Sistema está podendo perceber onde vem errando e agora vai poder trabalhar para
18 consertar. Ressaltou que os novos formandos desconhecem a legislação do Sistema e sugeriu
19 que o canal de comunicação seja revisto. Noticiou que durante a Conferência foi apresentado
20 pela empresa Serpro, detentora de toda segurança do imposto de renda e demais dados de
21 segurança nacional, serviços de inteligência em favor do Sistema. Em continuidade, ele disse
22 que além de falar como Presidente do CRMV-RO, está falando também como Presidente da
23 Agência de Defesa Sanitária do Estado de Rondônia e que gostaria de deixar claro que o
24 trabalho do Conselho não é de desenvolvimento tecnológico e sim de fiscalização. Disse que
25 o produto tecnológico que o Sistema precisa não está sendo entregue e que a fiscalização
26 precisa ser fortificada para que a sociedade reconheça a importância do Conselho. Ao final
27 comentou uma decisão judicial contrária à ocupação de zootecnistas como RT em indústrias
28 de alimentos específicos para laticínios. No uso da palavra, o Presidente do CFMV
29 mencionou que o CRMV-RN recebeu uma decisão judicial a favor do Regional que negou
30 que zootecnista fosse RT em laticínio e que se faz necessário trabalhar mais para que o
31 Sistema tenha mais vitórias nesse sentido de não permitir que ocupem o espaço do médico
32 veterinário. **2.4.Conselhão** – No uso da palavra, o advogado Montezuma informou que foi
33 designado pelo Presidente para representar o CFMV no Fórum dos Conselhos Federais das
34 Profissões Regulamentadas / Conselhão onde ocorreu uma reunião com os Presidentes dos
35 Conselhos Federais exclusivamente para tratar da PEC 108/2019. Disse que naquele mesmo
36 dia um dos Presidentes, que trabalha na Casa Civil conseguiu logo pela manhã uma audiência
37 com o Ministro Onix Lorenzoni e também participou o Dr. Viana que é Presidente do
38 Conselhão e que a notícia dada pelo Dr. Viana foi que a PEC com a redação que está, não
39 tem condições de prosperar. Prosseguindo, disse que nessa reunião do Conselhão aconteceu
40 que cada Presidente de Conselho defendeu o seu lado e opinião sobre a PEC. Disse que foi

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 uma reunião mais de exposição de cada Conselho do que objetivamente a respeito da PEC.
2 Declarou que ficou deliberado na reunião que os Presidentes dos Conselhos Federais deverão
3 se reunir, não será aceito representante, para trabalharem em uma proposta de nova redação
4 para a PEC 108 e que essa proposta será apresentada na Casa Civil e da Casa Civil será
5 tramitada como colaboração para o andamento da PEC. Destacou que essa primeira reunião
6 com os Presidentes pelo que o Dr. Viana disse não foi frutífera e que ficaram muito na
7 conversa institucional e que logo será marcada nova reunião. Destacou que a convocação da
8 reunião será via grupo de Presidentes no whatsapp. Na sequência, ele comentou que participou
9 de uma reunião no Ministério da Agricultura que tratou da exportação e da fiscalização
10 interna pelas próprias empresas e disse que essas fiscalizações só se darão para os países
11 cuja a exportação não exija habilitação específica e é completamente auditável. Em seguida,
12 informou que na atribuição de Assessor Técnico e Jurídico de Relações Intergovernamentais
13 tem participado de reuniões no MAPA e nas casas legislativas da câmara dos deputados e
14 senado. Sobre o Manual de RT, ele informou que sugeriu que fossem elaborados dois
15 Manuais, uma para o RT e outro para o tomador de serviço de RT para que ele saiba o que
16 pode exigir de um RT. **2.5. Pagamento cumulativo de diárias e jetons.** Segundo dia
17 (período da manhã). Apresentante: Advogado Lucas Dias. No uso da palavra, o advogado
18 Lucas declarou que durante a palestra do representante do TCU percebeu que um dos pontos
19 mais importantes é a questão da fiscalização e da parte orçamentária destinada a esse ponto.
20 Disse que as questões que foram utilizadas para contrapor esses valores foram os
21 investimentos com gastos de gestão e que são questões caras para o Sistema e que por isso
22 o CFMV resolveu tratar do assunto de diárias e jetons. Na sequência, ele disse que a questão
23 mais sensível dessa matéria é a acumulação das duas verbas e salientou que para o gestor a
24 palavra mais importante é a segurança jurídica do que pode ou não pode fazer e que o papel
25 do jurídico é transmitir segurança jurídica para o Sistema. Informou que a questão da FOC
26 só será pacificada com a publicação do Acórdão. Prosseguindo, ele apresentou um histórico
27 de decisões do Tribunal de Contas da União a respeito de diária, auxílio de representação,
28 jeton, verba indenizatória “(...)”. Ele esclareceu que no TCU os processos são formados
29 basicamente por duas partes, a primeira parte é feita pelos auditores que auditam o órgão,
30 observam e fazem sugestões de determinadas ações via relatório que é encaminhado ao
31 Ministro que, em um segundo momento, pode concordar ou não com as conclusões da
32 auditorias. E esse é o caso desse processo da FOC feita pela Secex do Rio Grande do Sul e
33 encaminhada ao Ministro Weder de Oliveira. Disse que o Ministro na Sessão não leu todo o
34 Acórdão, mas somente a parte final, ressaltando que se fazia necessário fixar alguns
35 entendimentos com relação à execução da despesas pelos Conselhos de Fiscalização
36 Profissional e informou que: *“Diária e auxílio de representação são verbas de caráter*
37 *eventual, de natureza indenizatória e: não podem ser concedidos cumulativamente; diária:*
38 *destina-se à cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e deslocamentos urbanos*
39 *por ocasião de afastamento. Auxílio de representação: destina-se à cobertura de despesas*
40 *com alimentação e deslocamentos urbanos por ocasião da execução de atividades de*

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 *representação de interesse do conselho junto a terceiros, fora das dependências da entidade.*
2 *Jeton: tem natureza remuneratória e corresponde à gratificação por presença de*
3 *conselheiro em sessão colegiada deliberativa; deve ter seu valor e frequência fixados de*
4 *modo a não descaracterizar a natureza honorífica do cargo de conselheiro”.* Em seguida, o
5 advogado Lucas mencionou que o Jeton ainda não havia sido definido dessa forma tão clara
6 e direta pelo Tribunal e que essa conclusão busca dirimir as dúvidas existentes sobre o tema.
7 Continuando, ele mencionou que se a FOC trata de uma conclusão de um grande estudo
8 então, qual a razão de tanta controvérsia em relação a esse assunto e porque sempre tem que
9 ficar debatendo sobre essa questão sem uma definitiva segurança jurídica e que na sua
10 própria opinião a resposta está no próprio julgado. Informou que a Secex do Rio Grande do
11 Sul quando fez o relatório destaca que a diária tem natureza indenizatória assim como o
12 jeton, destaca ainda, que para participação em sessão plenária ou reunião deliberativa que
13 não tem necessidade de deslocamento interestadual ou intermunicipal deve ser jeton, mas
14 tendo deslocamento e pernoite deve ser diária, ou seja, a equipe técnica entende que jeton
15 tem uma natureza indenizatória e compara às diárias e às verbas de apresentação e que o
16 Ministro tem um posicionamento diverso dizendo que o jeton tem uma natureza
17 remuneratória. Destacou que essa divergência está dentro do TCU e dentro do próprio
18 julgamento. Em continuidade, ele apresentou informações objetivando dar clareza do porquê
19 desse entendimento divergente entre a auditoria e o Ministro. Iniciou, destacando que
20 embora haja manifestações das equipes de auditoria no sentido de existência de precedentes
21 do TCU sobre a impossibilidade de cumulação de jeton com diárias, os referidos julgados
22 apenas referem-se a proibição de cumulação de diárias e verba de representação ou entre
23 verbas de idêntica natureza, ou seja, diária com diária, jeton com jeton, etc. A fim de
24 corroborar a referida alegação, apresentou acórdão sobre auditoria piloto realizada no
25 Conselho de Enfermagem do Rio Grande do Sul, após apresentou o Acórdão sobre prestação
26 de contas do Conselho Regional do Serviço Social do Comércio no Estado do Mato Grosso,
27 em seguida sobre o Acórdão sobre verbas indenizatórios do Conselho Federal de Farmácia
28 e depois o Acórdão sobre o Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia sobre
29 recebimento de forma concomitante de jeton, diária e/ou auxílio representação. Continuando
30 nas apresentações, demonstrou o Acórdão sobre o Conselho Regional dos Representantes
31 Comerciais do Rio Grande do Sul sobre pagamento de diárias e jetons, de forma sistemática,
32 aos Conselheiros. Finalizou sua apresentação demonstrando o Acórdão sobre o Conselho
33 Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais sobre impropriedades, destacando que
34 aquele Regional especifica que: *“os fatos geradores referentes aos pagamentos de diárias e*
35 *jetons não se confundem, pois os primeiros visam cobrir despesas de pousada, alimentação*
36 *e transporte urbano, enquanto os últimos pagam o comparecimento às sessões plenárias,*
37 *ressarcindo o tempo gasto nessa atividade”.* Ele ressaltou que nesse caso do CRM-MG o
38 Ministro fez uma separação clara e disse que o problema se dá quando o jeton é
39 descaracterizado e não pode haver acumulação. E, que se a diária é de natureza indenizatória
40 e visa indenizar os gastos citados e o jeton não tem essa mesma natureza e visa ressarcir o

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 gasto com comparecimento, então, não há acumulação ilegal. Esclareceu que no seu
2 entendimento o que fica claro é que determinados Conselhos descaracterizam o jeton
3 pagando valores altos e de forma sequencial a caracterizar efetiva remuneração salarial, o
4 que não pode, conforme diz o TCU. Destacou que a seu ver o TCU caminha para essa
5 evolução e parece que começa a entender que o Conselheiro mesmo sendo cargo honorífico
6 não pode ter gastos por conta de atendimento à demandas da instituição e que assim, o TCU
7 está se mostrando sensível a que o jeton possa ter natureza remuneratória, desde que não seja
8 descaracterizado o caráter honorífico do cargo. Ao final, ele salientou que a sua fala foi
9 baseada no histórico de julgados do TCU conforme apresentado e que a certeza só aparecerá
10 quando o Acórdão sobre a FOC for efetivamente publicado e assim, os Conselhos
11 conhecerem a fundamentação do Ministro e informou que se o Acórdão for publicado até a
12 realização do Encontro de Assessores Jurídicos do Sistema o tema poderá ser debatido e
13 finalmente ter uma resposta com segurança jurídica para que o Sistema delibere da forma
14 que entenderem ser adequado a respeito de acumulação de verbas de diárias e jeton. No uso
15 da palavra, o Presidente Marcelo mencionou a declaração de imposto de renda e questionou
16 se os pagamentos de diárias devem ser declaradas ou não, se não isentas ou não e quanto ao
17 jeton que lhe parece ser uma forma de pagamento e no seu entendimento deve ser tributado.
18 O advogado Lucas informou que as diárias como tem natureza indenizatória não são
19 tributadas, no entanto, o jeton talvez a partir de então, como o entendimento de ser de
20 natureza remuneratória, em tese, deverá ser tributado. E, que por isso é necessário que
21 aguardem a publicação do Acórdão para que possam saber como se dará a tributação. Disse
22 que o TCU nesse caso deve passar ao Conselho Federal e o Conselho deverá regulamentar
23 essa questão de forma uniforme para o Sistema. No uso da palavra, o Presidente Júlio
24 parabenizou pela apresentação e comentou o posicionamento do Ministro do TCU de
25 possibilidade de acumular as verbas diárias e jetons. No uso da palavra, o Presidente
26 Domingos questionou como é feito no CFMV e se os Conselheiros que são de outros Estados
27 recebem diárias e jetons acumulados. Disse que no CRMV-PB existe o entendimento de que
28 os Conselheiros que vêm de fora para participarem de uma Sessão Plenária recebem o
29 pagamento de diárias e o valor de combustível. Disse ainda, que os que residem na cidade
30 de João Pessoa recebem apenas o jeton. No uso da palavra, o Presidente do CFMV esclareceu
31 que o beneficiário que recebe diárias não recebe pagamento de jetons e que os que residem
32 na cidade de Brasília, como é o caso do Secretário-Geral, recebe pagamento de jeton por ter
33 participado de Sessão Plenária Ordinária, Extraordinária e Sessão de Julgamento e que
34 recebe verba indenizatória respectiva aos dias em que esteve no CFMV para realizar
35 atividades da Secretaria-Geral. Destacou que na data em que ele recebe o pagamento de
36 jeton, não recebe verba indenizatória. No uso da palavra, o Presidente Marcus disse que no
37 CRMV-ES quando tem Sessão Plenária, Sessão de Julgamento é feito o pagamento de jeton
38 e para os beneficiários que são de fora acrescenta um valor para deslocamento. Disse que
39 pelo TCU qualquer Sessão deliberativa existem uma gratificação e que essa gratificação é
40 caracterizada como jeton. Disse que para participarem de reuniões de Comissões e outras o

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 Regional paga verba indenizatória. No uso da palavra, o Presidente do CFMV esclareceu
2 que quando sair o Acórdão o Sistema terá que seguir a orientação do TCU. No uso da
3 palavra, o advogado Lucas informou ao Presidente do CRMV-ES que ele está adotando o
4 procedimento certo e que com a publicação do Acórdão terão a certeza do caminho correto.
5 No uso da palavra, o Presidente Altair disse que no CRMV-BA eram pagos dois jetons
6 quando ocorriam no mesmo dia uma Sessão Plenária Ordinária e uma Sessão Plenária
7 Extraordinária e que foi verificado que não era o procedimento correto e que por isso os
8 beneficiários precisaram restituir ao Regional os valores recebidos. Ele mencionou que
9 recentemente o valor da verba indenizatória teve que ser diminuída, pois pelo TCU o valor
10 a ser pago deve ser no máximo o valor que se paga em meia diária. No uso da palavra, o
11 advogado Lucas disse que em outros julgados o TCU aborda que a verba de representação
12 visa ressarcir o deslocamento e o gasto com alimentação e que a diária visa o deslocamento,
13 a alimentação e pousada e que não havendo pernoite deve ser realmente no máximo o valor
14 de meia diária. No uso da palavra, o Presidente Marcus comentou valores pagos para diárias
15 fora do Estado, diárias dentro do Estado, meia diária, jeton e verba indenizatória. Ele
16 destacou que no entendimento do Regional a verba indenizatória visa o pagamento de
17 alimentação e do deslocamento. Ressaltou que é importante que os valores a serem pagos
18 para diária, jeton e verba indenizatória sejam diferenciados pois facilita a identificação do
19 que está sendo pago e fica mais transparente. No uso da palavra, o Presidente do CFMV
20 ressaltou que será disciplinado para todo o Sistema, mas que cada Regional vai estabelecer
21 os seus valores de acordo com suas condições financeiras. No uso da palavra, o Presidente
22 Marcelo solicitou que o CFMV na regulamentação sugira os valores e o Regional que não
23 puder seguir, estabeleça seus próprios valores. No uso da palavra, o Presidente Rômulo
24 questionou o valor da diária pago pelo CFMV e o Presidente esclareceu que o valor foi
25 estipulado já alguns anos, que considera o valor razoável, que está dentro do padrão e que o
26 TCU já verificou e informou que o valor está dentro da razoabilidade e que assim, o valor
27 será mantido. No uso da palavra, o Presidente Francisco Edson sugeriu que o valor da diária
28 interestadual seja diferente da diária local. Disse que o CFMV poderia estipular um valor
29 único para o Sistema e quanto ao valor de diária dentro do Estado que cada Regional estipule
30 o valor que julgar mais adequado. No uso da palavra, o Presidente do CFMV mencionou que
31 todas as colocações serão avaliadas e que oportunamente todos terão informações. **2.6.**
32 **Receituário Veterinário.** Apresentante: Assessoria Técnica do CFMV, Méd. Vet. Fernando
33 Rodrigo Zacchi. No uso da palavra, o Dr. Fernando comentou as ameaças que o Sistema está
34 enfrentando a exemplo do Poder Executivo com a PEC, Poder Legislativo com o PL que
35 almeja retirar a receita do Conselho e ainda, de outros Conselhos que publicam Resoluções
36 que interferem nas atividades da Veterinária. Disse que mesmo assim, oportunidades surgem
37 e que hoje veio tratar do cenário que vem se desenhando quanto ao receituário veterinário
38 implantado para antibióticos. Disse que existe o controle especial do Sipeagro quanto às
39 drogas sujeitas à controle especial a exemplo de hormônios e sedativos, mas que hoje ainda
40 não existe o controle de antibióticos como é feito na Medicina humana; porém, o caminho

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 vem se desenhando para que isso aconteça. Informou que o CFMV faz parte de um grupo
2 que discute Panagro – Programa Nacional de Prevenção à resistência antimicrobiana do
3 Ministério da Agricultura juntamente com o Setor Regulado e junto com o MAPA. Destacou
4 que estão acontecendo oficinas e reuniões onde o Setor Regulado já está sensibilizado de
5 que isso vai acontecer, mas não sabe dizer se ainda neste ano. E que dessa forma, o comércio
6 de antibióticos só poderá ser feito mediante a apresentação de receita por médico veterinário.
7 Declarou que mesmo sendo uma oportunidade vem junto a ameaça quanto à dificuldade para
8 o profissional realizar essa prescrição e que se não houver adesão dos profissionais a
9 tendência do MAPA é se retirar do cenário e o comércio ficará da forma que está hoje. Disse
10 que embora o Setor Regulado esteja disposto a fazer essa ação é desejado que para algumas
11 classes de drogas haja um tempo maior para adequação para que esse comércio aconteça
12 somente com a prescrição de receita. Evidenciou que dentro desse grupo existe a figura da
13 CNA que não está deixando a situação avançar e que essa ameaça é considerável e que eles
14 argumentam que não existe médicos veterinários em todos os municípios do país, o que
15 considera uma inverdade. Disse que para essa conclusão, eles se basearam em um Conselho
16 Regional em que pediram informações dos locais onde existem médicos veterinários
17 atuantes no Estado. Salientou que na última reunião essa questão foi contestada com
18 informação do número de faculdades existentes hoje no país e que não tem como dizer que
19 não existe número suficiente de médico veterinário para prescrever receita. Falou que
20 também foi esclarecido a eles que no Regional está registrado onde os profissionais residem
21 e que não necessariamente onde estão atuando. Salientou que com esses argumentos estão
22 desconstruindo dentro do Ministério da Agricultura essa visão distorcida. Ele disse que a seu
23 ver parece que a CNA está buscando o entendimento de que, para alguns tipos de antibióticos
24 um outro técnico possa prescrever o receituário. Reafirmou que o CFMV está presente no
25 grupo para consolidar o posicionamento de que tem que ser o médico veterinário. Falou que
26 sendo essa questão regulamentada será necessário discutir um outro fator que é o controle
27 na venda do medicamento. Comentou a presença do médico veterinário na agropecuária e
28 disse que existe a dúvida quanto ao período e se continua as seis ou dez horas que é exigido
29 ou se o profissional terá que estar permanentemente no estabelecimento nos mesmos moldes
30 da Farmácia e que essa dúvida será mais uma discussão para o grupo. Ao final, ele informou
31 que ainda não tem uma minuta pronta da normatização e que a ideia é de que não seja um
32 processo travado, mas que haja a garantia de que a prescrição seja feita por médico
33 veterinário e que tenha no estabelecimento o médico veterinário e que acontecendo esta
34 vitória, ele considera que vai ser uma força para reverter no futuro ações judiciais que dizem
35 que no comércio não precisa do profissional. Ele se colocou à disposição para dirimir
36 dúvidas. No uso da palavra, o Presidente Júlio disse que o assunto é bastante pertinente não
37 só o receituário, mas também a atuação do profissional. Ele disse que o profissional pode
38 atuar em outro Estado por até noventa dias desde que esteja regular em sua base. Em seguida,
39 ele ressaltou que realmente não existe a falta de médicos veterinários. Destacou que eles
40 residem em determinadas cidades, mas que atuam em outras também. Ele sugeriu que o

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 CFMV verifique a possibilidade do Sistema ter a condição de ampliar informações do
2 profissional, contemplando local de atuação. No uso da palavra, o Presidente do CFMV
3 mencionou que será feito um estudo a respeito dessa questão e que as fronteiras entre os
4 Estado é um assunto muito delicado. No uso da palavra, a Presidente Francisca disse que o
5 assunto é muito importante e questionou como está sendo tratado o receituário veterinário
6 junto ao Conselho de Farmácia. Disse que recebeu uma solicitação do Conselho de Farmácia
7 para uma reunião e tratar da presença dos farmacêuticos em estabelecimentos veterinários,
8 principalmente em clínicas veterinárias e que gostaria de ser esclarecida para marcar a
9 reunião. No uso da palavra, o Dr. Fernando esclareceu que quanto ao receituário no MAPA
10 está sendo discutido apenas no âmbito da prescrição de antibióticos. Com a relação Conselho
11 de Farmácia o entendimento é que não precisa ter um farmacêutico dentro de uma clínica
12 veterinária ou dentro de um hospital veterinário. Destacou que está com uma minuta de
13 Resolução para publicar, o que vai deixar essa questão bem esclarecida. Declarou que na
14 Medicina Veterinária quando os medicamentos de uso humano são para finalidade de uso
15 em animais trata-se de assistência sanitária aos animais, o que é privativo do médico
16 veterinário. Ele disse que o ponto central é afastar a figura do farmacêutico da guarda dos
17 medicamento de uso animal e que o Conselho vai editar um Resolução que limite a guarda,
18 o uso, a manipulação e o armazenamento de medicamentos para uso animal, independente
19 do MAPA ou da Anvisa, é de responsabilidade do médico veterinário. Incluindo as
20 distribuidoras de medicamentos veterinários e correlatos. No uso da palavra, o Presidente
21 Rodrigo comentou as farmácias veterinárias de manipulação e questionou como serão
22 tratadas e o assessor Fernando informou que a seu ver pelo Decreto que normatiza a questão
23 pode ser tanto o farmacêutico quanto o médico veterinário atuando e sugeriu que o Regional
24 quando for fiscalizar e verificar que já tem lá um farmacêutico não deve autuar exigindo um
25 médico veterinário, pois se trata de uma atividade compartilhada e que não tendo nenhum
26 profissional pode autuar exigindo a contratação de um médico veterinário. Esclareceu que
27 se durante a defesa informarem a contratação de um farmacêutico o Regional deverá aceitar.
28 No uso da palavra, o Presidente Marcelo sugeriu que fosse estabelecida uma parceria com a
29 Anvisa sobre essa questão, pois acha que será uma grande ajuda visto que poderá exigir o
30 registro do profissional no Conselho. No uso da palavra, o Presidente Rodrigo perguntou
31 como que o CFMV está pensando em atuar, semelhante ao que foi feito pela Farmácia, para
32 estabelecer que um médico veterinário esteja presente nos estabelecimentos e sugeriu que
33 seja criado um Grupo de trabalho para construir o conceito e a parte técnica para que o
34 Sistema já inicie seu posicionamento nessa matéria, pois a seu ver se não houver uma ação
35 de imediato por parte do Conselho, a Farmácia vai se colocar dentro da área da Medicina
36 Veterinária. No uso da palavra, o Dr. Fernando esclareceu que está sendo feita uma
37 construção e que embora o entendimento do Conselho seja de que o médico veterinário esteja
38 presente na farmácia veterinária em período integral o judiciário entende que deve estar três
39 horas semanais como alguns Regionais relata. Falou que está faltando Lei e que a Farmácia
40 tem Lei que disciplinou a permanência integral do farmacêutico e que o Conselho precisa

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 avançar para que uma Lei Federal possa estabelecer tal atuação. Declarou que o MAPA hoje
2 é um parceiro e que o Setor Regulado também está conseguindo enxergar essa necessidade
3 e que somente a CNA está destoando um pouco dos entendimentos. Disse que se o Mapa
4 inserisse no normativo dele essa permanência já seria um grande passo, mas que ainda
5 poderia ser questionado judicialmente e que o passo seguro seria uma Lei disciplinando. Na
6 sequência, ele mencionou o comércio de medicamentos veterinários e questionou se na
7 farmácia humana é comercializado medicamento ou se é aviado medicamentos e que o ato
8 de aviar um medicamento é um ato de saúde e que por isso precisa de um farmacêutico que
9 por isso no seu entendimento não se deve dizer comércio de medicamentos e que essa
10 atividade de saúde é que não poderá deixar acontecer, visto que se tratar de um serviço de
11 saúde e de comércio. No uso da palavra, o Presidente do CFMV mencionou que existe um
12 Projeto de Lei nº 7820/2017 do Deputado Cesar Halum em que ele apresenta essas definições
13 o que obrigava em qualquer local ter a presença do médico veterinário. Disse que o Projeto
14 foi retirado da pauta em razão da pressão política de um grupo de Zootecnia. Em seguida,
15 ele disse que pode ser verificado algum Deputado eleito para negociar e solicitar o
16 desarquivamento desse projeto e que ai será normatizada toda a questão de medicamentos
17 veterinários. Destacou que deve estar definido muito bem o que compete ao zootecnista
18 dentro da Lei 5.550 para que não ocorra mais interferência como essa e prejudicar a categoria
19 Veterinária. Declarou que o assunto será encaminhado ao Dr. Montezuma para providências
20 junto a um Deputado e assim conseguir avançar nesse tema. No uso da palavra, o Presidente
21 Marcelo disse que o controle de medicação é de grande interesse de clínicos e comentou os
22 produtos aprovados para utilização em seres humanos e que a Medicina Veterinária as vezes
23 tem que utilizar em animais e questionou se tem algum normativo nesse sentido. Questionou
24 também a respeito dos limites para manipulação, visto que para qualquer doença está tendo
25 e que não está havendo controle. Continuando, ele perguntou como se daria o controle dessas
26 farmácias de manipulação de medicamentos de uso veterinário. Questionou ainda, sobre a
27 resistência microbiana como será o controle. Disse que o médicos veterinários são poucos
28 preparados para evitar esse tipo de resistência e que hoje nem receita precisa para comprar.
29 Ao final, ele propôs que o CFMV constitua um Grupo de técnicos para criar um material
30 didático tratando dos princípios ativos e suas classes, o que deve e o que não deve ser
31 associado e com suas devidas dosagens e que isso auxiliaria muito o médico veterinário para
32 um melhor uso dos antimicrobianos. E, que se hoje não existe esse controle por outro lado o
33 profissional não tem ajudado nessa questão, pois faz o mau uso. No uso da palavra, o Dr.
34 Fernando declarou que esse assunto é uma outro parte do Panagro e que o CFMV também
35 está envolvido e que a questão está avançando e que a parte da educação do profissional
36 também está envolvido e que alguns pesquisadores da USP já desenvolveram uma
37 ferramenta de educação voltada para os profissionais com relação à sinergia dos antibióticos
38 e ao uso racional desse tipo de drogas e que está sendo verificado se a ferramenta constará
39 do site do Conselho ou não. Destacou que se trata de uma interface imprescindível e que
40 quanto mais chegam questões como essas mais justificada fica o porquê da existência do

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 Conselho, que existe para proteger a população. Na sequência, ele disse que quanto a
2 qualidade das drogas fica na alçada da Anvisa e do MAPA a fiscalização das farmácias de
3 manipulação. Disse que quanto a fragilidade da prescrição para quem trabalha como clínico
4 de pequenos relativamente está bem amparado e que não haveria proibição de prescrever
5 drogas de uso humano já para quem trabalha com animais de produção é o contrário e que a
6 recomendação é que não prescreva. Falou que alguns países possuem um guia com indicativos
7 do que pode ser usado em alguns casos em animais e outros fatores. Disse que possível ter
8 essa base para construir um roteiro sem abordar os aspectos éticos. No uso da palavra, o
9 Presidente Marcelo comentou a ausência de teste de animais no Brasil, a existência em outros
10 países já aprovados e a dificuldade de trazer o teste para o Brasil, que recusa dizendo que o
11 teste deve ser feito no próprio País e sugeriu que o CFMV intervenha também sobre essa
12 questão do porquê dos laboratórios não aprovarem no Brasil e a seu ver é por conta do custo.
13 No uso da palavra, o Presidente do CFMV disse que a questão será analisada e que lhe parece
14 que nem para o humano é aceitável teste feito em outro País para lançamento de produto
15 internamente. Disse que esse assunto merece grande reflexão de todos. No uso da palavra, o
16 Presidente Mário Pulga fez um resgate histórico de 30 anos quando estava no Sindan e foi
17 designado para acompanhar o assunto abordado referente alternativas para aquisição de um
18 produto veterinário e disse que até hoje o assunto não prosperou. Ele mencionou que hoje
19 não existe médico veterinário na revenda, mas que quando tiver poderá acontecer o risco do
20 exercício da Medicina Veterinária ser realizado à distância e com base em achismo. Destacou
21 que o tema é muito sério e que precisa se pensar na questão ética, técnica e no exercício da
22 profissão e se o Conselho vai redigir algum documento sobre a questão, então, que seja muito
23 bem pensado e vislumbre o que poderá acontecer na prática para que a Medicina Veterinária
24 não seja exposta. Continuando, ele mencionou que com relação ao uso de produtos humanos
25 em animais, o Decreto nº 5053 do Ministério, que quando fez parte do Sindan ajudou a
26 escrever, diz que todo produto aplicado em animal passa a ser um produto veterinário,
27 mesmo que seja de origem humana. No uso da palavra, o Presidente Marcelo disse que um
28 produto humano utilizado em animais não passa a ser veterinário a não ser que ele já tenha
29 sido testado em animais e que não pode pegar qualquer produto humano usar em animais e
30 dizer que passou a ser de uso veterinário. No uso da palavra, o Presidente Mário disse que
31 existe uma Portaria interministerial que proíbe alguns medicamentos específicos, mas que o
32 resto passa a ser veterinário e com exceção daqueles de animais de produção que não tem
33 avaliação de resíduo e carência. No uso da palavra, o Presidente Marcus disse que acha
34 importantíssimo a regulamentação, principalmente pensando na resistência. Disse que o
35 nivelamento da Medicina Veterinária não pode ser por baixo, pelos maus colegas, pelos
36 antiéticos que agem de maneira errada e que não pode deixar de regulamentar uma questão
37 tão importante para a Medicina Veterinária, bem como para a saúde humana. Disse que se é
38 desejável a presença forte da Medicina Veterinária na saúde única, então, que os antibióticos
39 tem que ser tratado como uma grande preocupação e principalmente as resistências
40 antimicrobianas. Declarou que a questão tem que ser regulamentada com urgência e que o

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 profissional terá que agir com responsabilidade, com moral e com ética e fazer jus ao título
2 de médico veterinário. No uso da palavra, o Tesoureiro do CFMV disse que o assunto é
3 histórico e que tem que avançar e que o sucesso para a exigência do receituário veterinários
4 é ter a retenção da receita e que se não houver essa retenção pode ser que ocorra o exercício
5 equivocado da profissão. Disse que o Conselho de Medicina juntamente com o Ministério
6 da Saúde implementaram a retenção da receita e ai questão evoluiu. Na sequência, ele
7 declarou que dificilmente vai ter um município que não tenha médico veterinário e que essa
8 regulamentação é uma grande oportunidade para valorizar a classe da Medicina Veterinária.
9 Noticiou que no Mapa também está sendo debatida questão para regulamentar a exigência
10 de receituário para os injetáveis – antiparasitários, mas que a seu ver a questão dos
11 antibióticos é prioritária. No uso da palavra, o Dr. Fernando esclareceu que a questão da
12 retenção da receita está na pauta e que a preocupação está em como criar o sistema. Disse
13 que uma solução simples seria a de incluir os antibióticos na IN 35 e que a prescrição seria
14 online e teria a preocupação se os profissionais iriam aderir. Disse que a prescrição e a
15 retenção na agropecuária é um pouco mais simples e que talvez tenha maior adesão. Ele
16 mencionou que será pela IN ou talvez seja editado um normativo em separado para os
17 antibióticos nos moldes como é o da Medicina humana. No uso da palavra, o Presidente do
18 CFMV comentou que poder ser que em alguns municípios não tenha médico veterinário No
19 uso da palavra, o Presidente José Renato disse que tem municípios que não tem médico
20 veterinário e que algumas regiões nem a internet tem bom funcionamento e que o normativo
21 deve ser bem regulamentado. Declarou que o Conselho tem que lutar pelas melhoria, mas
22 que não seja criado um normativo que cause problemas e que é importante olhar para as
23 diferenças dos Estados e chamou a atenção para que o documento não generalize o
24 tratamento e nem mecanismos que não serão viáveis para algumas regiões ou até impossível
25 de implantar. Na sequência, ele mencionou que ainda existe carência em ter informações
26 seguras epidemiológicas que possa balizar algumas discussões, principalmente na região
27 Norte. Comentou a produção de leite e queijo e disse que ainda não existe nenhum
28 monitoramento. Solicitou que a questão seja estudada com bastante cautela. No uso da
29 palavra, o Presidente Olízio comentou sobre os antineoplásicos e informou que foi
30 constituída uma Comissão no Regional para debater o assunto e que essa Comissão gerou
31 uma minuta de Resolução que foi enviada para avaliação do Conselho Federal para
32 elaboração de um documento definitivo. Noticiou que recentemente o Conselho de Farmácia
33 abordou o Regional para tratar da manipulação de produto que dissesse respeito a área de
34 atuação deles e disse que o documento foi remetido para posicionamento do CFMV. Ele
35 questionou se já existe alguma resposta e o Presidente do CFMV disse que o material está
36 com a Comissão de Estabelecimento para discussão e que oportunamente o Regional
37 receberá o posicionamento do Conselho Federal. No uso da palavra, o Presidente Marcus
38 comentou o que disse o Presidente José Renato e disse que entende que as realidades físicas
39 e econômicas em cada Estado são diferentes, mas que essa normatização trará oportunidades
40 de emprego e principalmente a oportunidade de surgirem novos estabelecimentos e até novas

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 clínicas. Falou que é otimista e mesmo com essa diversidade brasileira, julga esta ação
2 positivo e importante para atender à quantidade de médicos veterinários que todo ano chega
3 ao mercado de trabalho. No uso da palavra, o Presidente do CFMV esclareceu que o assunto
4 depois de discutido no MAPA será solicitado autorização para divulgar a todo o Sistema o
5 que foi acordado e verificar a possibilidade de agregar ainda alguma sugestão antes do
6 documento ser finalizado pelo Ministério. No uso da palavra, o Presidente Rodrigo disse que
7 tendo o médico veterinário no balcão é possível ver a questão de responsabilidade técnica.
8 No uso da palavra, o Presidente Laurício disse que como profissional do Sistema Único de
9 Saúde e também pelo posicionamento do Regional DF, ele enxerga esta normatização como
10 sendo uma grande oportunidade para o médico veterinário e que a resistência antimicrobiana
11 é uma preocupação da OMS e da OIE e que também tem que ser uma preocupação do
12 Ministério da Agricultura não só pensando na linha de pequenos animais, mas também
13 vislumbrando a questão de produção de alimentos de origem animal para a vida humana.

14 **2.7. Projeto de Lei nº 1885/2019.** Apresentante: Advogado Montesquieu da Silva Vieira.
15 No uso da palavra, o advogado Montesquieu noticiou que estará falando sobre o projeto de
16 lei nº 1885/2019 e também sobre a proposta legislativa nº 4/2019. Declarou que os dois temas
17 têm em mira instituir a faculdade do contribuinte para pagar as anuidades. Disse que há
18 muito tempo não se falava tanto nos Conselhos como agora e que o Governo nunca se
19 interessou tanto, como hoje, pelos Conselhos de classe. Em seguida, ele mencionou que do
20 início do Governo Bolsonaro até o momento os Conselhos se depararam com a FOC, a PEC
21 108 e com uma consulta pública que vai resultar no chamado Decretão que tem o objetivo
22 de normatizar toda a regulação profissional. Ressaltou que ainda existem as ações referente
23 ao controle concentrado de constitucionalidade que tratam do regime jurídico que vai ser
24 aplicado aos empregados de Conselhos e mais essas duas iniciativas legislativas (PL
25 1885/2019 e proposta legislativa 4/2019). Destacou que o projeto de lei 1885/2019 foi
26 apensado ao projeto de lei nº 7050 que também trata de anuidade, só que nesse, a intenção é
27 conferir ao contribuinte recém registrado no Conselho três anos de vacatio até ele começar
28 a pagar a primeira anuidade. Na sequência, ele comentou que a PEC 108 do jeito que foi
29 apresentada parece ser muito importante para o Governo Bolsonaro e que a seu ver ela
30 extingue boa parte dos Conselhos e os que permanecerem passarão por situações difíceis em
31 função da privatização da atividade de fiscalização. Disse que esta moção pela privatização
32 do poder de polícia não tem guarita na atual conjuntura política. Evidenciou que a anuidade
33 se trata de um tributo e que por ser tributo é compulsória e que o contribuinte não tem a
34 escolha de pagar ou não pagar. Continuando, ele historiou a construção do estado e do tributo
35 “(..)”. Em seguida, disse que esse projeto de lei bate de frente com a instituição do tributo e
36 que do jeito que está proposto no seu entendimento a tendência dele é seguir a sugestão
37 legislativa acima referida. Esclareceu que sobre essa sugestão já tem o parecer de uma
38 Comissão que será apreciado no próximo dia 15 que cita a incompatibilidade da faculdade
39 em se pagar esse tributo com a ordem vigente e sugere o arquivamento dessa sugestão. Ao
40 final, ele se colocou à disposição para quaisquer questionamentos. No uso da palavra, o

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 Presidente Rodrigo parabenizou o advogado pela explanação e disse que foi bastante
2 interessante quando falou do conceito filosófico da construção do estado e dos tributos e que
3 a seu ver a sociedade está precisando conhecer a história do Conselho e sua missão. No uso
4 da palavra, o Presidente Domingos parabenizou o advogado pela palestra e disse que a
5 abordagem sobre o tributo foi excelente. Disse que o profissional precisa reconhecer a
6 importância de ser regulamentado. **2.8. Recolhimento de FGTS para empregado**
7 **comissionado.** Apresentante: Advogado Armando Rodrigues Alves. No uso da palavra, o
8 advogado Armando comunicou que fará uso de slides em sua apresentação e que o tema será
9 sobre depósito de FGTS para ocupantes de emprego comissionado - recolher ou não
10 recolher. Iniciou demonstrando a Resolução CFMV nº 1204/2018 que regulamentou a
11 criação de empregos comissionados e o exercício de funções de confiança no âmbito do
12 Sistema CFMV/CRMVs e a Portaria CFMV nº 70/2018 que regulamentou, no âmbito do
13 CFMV, a assinatura da CTPS e realização dos depósitos mensais do FGTS para os ocupantes
14 de empregos comissionados, que não integram o quadro funcional efetivo. Na sequência,
15 mencionou parecer jurídico em que se manifestou pela impossibilidade de edição, pelo
16 CFMV, de normativo que regulamente, para todo o Sistema, o recolhimento do FGTS para
17 os cargos comissionados e disse que cada Regional tem a sua autonomia administrativa e
18 financeira para tratar a matéria como entender conveniente. Prosseguindo, ele demonstrou
19 que em pesquisa feita nos sítios dos CRMVs constatou que seis (06) Regionais possuem
20 normas que preveem o recolhimento de FGTS; três (03) Regionais possuem normas que
21 preveem o não reconhecimento de FGTS e dezoito (18) Regionais não foram encontradas
22 normas que tratem do tema. Em seguida, apresentou algumas manifestações do
23 departamento jurídico do Conselho Federal sobre o tema e relatou que em um parecer de sua
24 autoria manifestou que sendo o regime celetista, o depósito é devido. Ele esclareceu que o
25 FGTS é um direito eminentemente constitucional, um direito social, um direito fundamental
26 e que ele é insuscetível de ser retirado da Constituição sob pena de mácula de nascedouro.
27 Continuando, o advogado Armando apresentou alguns acórdãos do Tribunal de Contas da
28 União e precedentes do Tribunal Superior do Trabalho sobre o depósito devido de FGTS
29 para emprego comissionado ocupado por pessoa sem vínculo efetivo com o empregador.
30 Registrou, ademais, que o *caput* e o parágrafo único do artigo 24 da Lei de Introdução às
31 Normas Brasileiras trazem segurança jurídica ao gestor, na medida em que a validade dos
32 atos administrativos de gestão deve ser aferida à luz das orientações gerais da época em que
33 foram editados, entendendo como tais as interpretações e especificações contidas
34 em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária. Ao final, ele declarou que hoje
35 os Tribunais da Justiça do Trabalho consideram como regular e um dever do gestor fazer o
36 recolhimento de FGTS ao ocupante de cargo comissionado. **2.9. Registro Voluntário.**
37 Advogado Armando Rodrigues Alves. A apresentação foi iniciada demonstrando o que diz
38 o artigo 27 e seu parágrafo 1º da Lei nº 5.517/1968 e o que diz o artigo 149 da Constituição
39 Federal “(...)”. O advogado Armando esclareceu que as empresas que exercem atividades
40 peculiares à Medicina Veterinária e à Zootecnia estão obrigadas a se registrarem no

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 Conselho de sua jurisdição e que essas entidades pagarão, uma vez registradas, anuidades.
2 Destacou que a anuidade é um tributo e que o tributo é uma prestação pecuniária compulsória
3 instituída em Lei. Na sequência, foi apresentada a redação do artigo 3º do Código Tributário
4 Nacional; do artigo 1º da Lei nº 6.839/1980 e o dos artigos 5º e 6º da Lei nº 12.514/2011
5 “(...), pertinentes ao tema”. Ele frisou que só é possível cobrar daquelas pessoas que estão
6 obrigadas a se inscreverem no Conselho e não daquelas que não estão obrigadas, visto que
7 suas atividades não são afetas à Medicina Veterinária ou à Zootecnia. Ele mencionou a
8 questão da inscrição voluntária, a existência ou não de respaldo para tal ação e ainda externou
9 a sua preocupação de aqueles que se registraram voluntariamente postularem a
10 repetição/restituição das importâncias pagas aos Conselhos Regionais a título de anuidade.
11 Em referência a essas questões, apresentou algumas decisões dos Tribunais Regionais
12 Federais da Primeira, Segunda, Terceira, Quarta e Quinta Regiões, bem como do Superior
13 Tribunal de Justiça, no bojo da qual foi citada a Lei nº 12.514/2011 “(...)”. Quando
14 questionado sobre a figura do Responsável Técnico, ele esclareceu que a empresa quando se
15 registra já existe a obrigatoriedade de ter um RT, isso considerando que a atividade está
16 relacionada à Medicina Veterinária, mas que nem todas as atividades dão ensejo a registro
17 perante os Conselhos Regionais; porém pode existir a necessidade de se ter um RT, sem que
18 haja a necessidade de registro. Como exemplo, citou o caso de uma empresa que organiza
19 feiras agropecuárias. Ela não precisa se registrar no Conselho, mas precisa de ter um RT para
20 o evento em si. Sobre a decisão do STJ, ele pontuou que a partir do momento em que surgiu
21 a Lei nº 12.514/2011, que trata como fato gerador da anuidade o registro perante o Conselho
22 Regional, pouco importa se a inscrição é voluntária ou obrigatória e que uma vez inscrito
23 terá que pagar. Ao final, ele salientou que a decisão do STJ é recente e monocrática,
24 esclarecendo que a partir do momento em que os Ministros começam a decidir
25 monocraticamente é porque já existe um entendimento sedimentado e que por isso não há a
26 necessidade de levar a matéria para discussão dos órgãos colegiados. **2.10. Cobrança de**
27 **anuidades de filiais.** Apresentante: Advogado Armando Rodrigues Alves, No uso da
28 palavra, o advogado Armando declarou que recentemente mudou sua visão sobre a questão
29 de cobrar ou não de filial e mencionou a revogação da Lei nº 6.994/1982 e do Decreto nº
30 88.147/1983, esclarecendo que o STJ continua julgando como se a Lei ainda estivesse em
31 vigor, mas que não entende o porquê. Em seguida citou uma decisão do STJ recente, de
32 2018: *“A anuidade somente pode ser exigida dos estabelecimentos pertencentes à mesma*
33 *PJ, apenas quando instalados em jurisdição de outro Conselho Regional. Caso localizados*
34 *na mesma jurisdição da matriz, deverão necessariamente apresentar capital social*
35 *destacado [autonomia financeira], para que a exação se mostre legítima, segundo o*
36 *disposto no art. 1º, § 4º, do Decreto 88.147/1983”*. Na sequência, ele falou de uma decisão
37 do STJ - primeira Turma, de 2015, que não se baseou nas Leis revogadas e que sinalizou que
38 é possível sim cobrar de filial e procedeu à leitura da decisão: *“Por força do art. 22 da Lei*
39 *n. 3.820/1960, do art. 36, § 2º, da Lei n. 5.991/1973, do art. 5º da Lei n. 12.514/2011, do*
40 *art. 5º da Lei n. 13.021/2014 e do art. 969 do CC, a prestação de serviços ou a venda de*

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 *produtos relacionados à área farmacêutica gera a obrigação de pagamento da anuidade*
2 *tanto ao estabelecimentos sede como ao filial, independente de estarem sob a jurisdição de*
3 *um mesmo CRF. (REsp 1.469.945 / RS, DJe 20/8/2015). REsp se origina de ação ajuizada*
4 *em fev/2012, pelo Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos/RS contra o*
5 *CRF-RS, por meio da qual se objetiva a declaração de inexigibilidade de relação jurídico-*
6 *tributária das filiais de suas associadas, quanto ao pagamento das anuidades prevista na*
7 *Lei 6.944/1982". Após, ele salientou que no caso do Conselho Federal de Medicina*
8 *Veterinária não há decisão específica, pois não ocorreu ainda nenhum caso julgado, mas que*
9 *as mesmas disposições que foram utilizadas na decisão apresentada ao Conselho de*
10 *Farmácia, poderá ser replicado por este Conselho. Ao final, ele disse que ainda existem*
11 *interrogações a serem esclarecidas a respeito do registro voluntário e quanto à cobrança de*
12 *filial, mas que a seu ver os entendimentos do STJ demonstrados por ele, por ora podem ser*
13 *aplicados e se colocou à disposição para quaisquer esclarecimentos. No uso da palavra, o*
14 *Presidente Domingos registrou que sobre a questão do FGTS, o Conselho Federal deve*
15 *apresentar aos CRMVs uma sinalização de que recolhe, fundamentando o entendimento e*
16 *solicitar ao Regional que discuta com o seu Plenário o assunto. Ele mencionou que no*
17 *CRMV-PB o entendimento jurídico é para não recolher. Em relação às demais questões*
18 *apresentadas, ele disse que o advogado do Regional está bem alinhado com o que foi dito*
19 *pelo Dr. Armando. No uso da palavra, o advogado Armando esclareceu que os três temas*
20 *abordados serão tratados durante o Encontro dos Assessores Jurídicos do Sistema para se*
21 *alcançar, se possível, um patamar de consenso que possa assegurar aos gestores um certo*
22 *grau de segurança jurídica. Ele evidenciou que seu entendimento é de que, caso o regime*
23 *continue celetista, o recolhimento é devido e que a multa de quarenta por cento (40%) é*
24 *indevida. No uso da palavra, o Presidente Marcelo parabenizou o Dr. Armando pela clareza*
25 *com que expôs as questões e questionou quanto ao registro voluntário, pois no seu*
26 *entendimento nenhuma empresa se registra voluntariamente e que ela só se registra porque*
27 *algum órgão exigiu ou uma situação extra sistema a obrigou a exemplo da vigilância*
28 *sanitária. Em seguida, ele questionou como o Regional pode se resguardar nesse sentido de*
29 *que o registro não foi assim, tão voluntário. Ele questionou também se as empresas*
30 *voluntárias devem ser fiscalizadas e se a filial deve pagar a anuidade com base no capital*
31 *social da matriz. No uso da palavra, o Dr. Armando esclareceu que na questão do registro*
32 *voluntário, se a empresa comprovar que foi compelida a se inscrever no Conselho,*
33 *dificilmente a decisão será favorável ao Conselho Regional. O TRF da Terceira Região se*
34 *deparou com um caso desse e que a decisão foi a retirada do caráter espontâneo da inscrição,*
35 *afastada a inscrição e os pagamentos realizados ao Conselho. Quanto ao pagamento por*
36 *filiais, ele esclareceu que a Lei nº 6.994 previa essa situação, mas que ela foi revogada e*
37 *também o Decreto que a regulamentou. Esclareceu que, conforme demonstrado*
38 *anteriormente, a decisão do STJ da Primeira Turma favorável ao Conselho de Farmácia,*
39 *proferida no bojo de uma ação movida pelo Sindicato dos estabelecimentos de farmácias na*
40 *tentativa de desobrigar as filiais de pagarem o Conselho. Disse que esse precedente pode ser*

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 utilizado para o Conselho de Medicina Veterinária retirando os dispositivos ligados à
2 Farmácia e inserindo aqueles pertinentes aos Conselhos de Medicina Veterinária e
3 Zootecnia. Ele explicou que o raciocínio utilizado pelo Ministro foi no sentido de que, se em
4 cada estabelecimento onde existe o exercício de farmácia tem que ter um farmacêutico, e se
5 cada farmácia é um estabelecimento que exige a obrigatoriedade de ter um RT, por lógica o
6 Conselho vai ter que fiscalizar e com isso a filial tem que estar registrada. No uso da palavra,
7 o Presidente Marcos questionou a respeito da inscrição voluntária principalmente com
8 relação às casas agropecuárias e que se preocupa com a questão de ter que devolver o valor
9 pago ao Conselho. Disse que o Regional tem dificuldades para conduzir esses casos. O
10 advogado Armando mencionou a Resolução CFMV nº 1177/2017, que trata do cadastro e
11 disse que as empresas que não exercem atividades relacionadas à Medicina Veterinária e à
12 Zootecnia podem se cadastrar, não gerando pagamento de anuidade e que elas estarão
13 devidamente cadastradas e que deverão ter o Responsável Técnico. Esclareceu que mesmo
14 não podendo cobrar anuidade da empresa, ela estará sujeita ao poder de polícia. Falou que,
15 enquanto não houver uma definição nos Tribunais Superiores e a uniformização da
16 jurisprudência e de uma tese jurídica a respeito do tema, uma das soluções seria essa
17 permissão de cadastro. No uso da palavra, o Presidente Marcos questionou se esse
18 procedimento não está contrário ao que diz a Lei 5.517/1968 e o Dr. Armando respondeu
19 que existem vários precedentes do STJ que diz que casas agropecuárias não são obrigadas a
20 se registrarem no Conselho, pois a atividade fim delas é o comércio e que se for levar a ferro
21 e fogo esse entendimento nenhuma pessoa jurídica estará obrigada a se registrar, pois o
22 comércio pode ser de bens ou de serviços não vinculando à atividade alguma. No uso da
23 palavra, o Presidente do CFMV ressaltou que o Sistema precisa mesmo ser repensado. Ato
24 seguinte. No uso da palavra, a Flávia comunicou que todas as apresentações serão
25 disponibilizadas aos Regionais pelo Gabinete da Presidência do Conselho Federal. **2.11.**
26 **Banco do Brasil S/A.** No uso da palavra, o Tesoureiro do CFMV comentou a parceria com
27 o Banco do Brasil e que estão presentes dois gerentes de conta do Governo, senhor Andrei
28 Fernando e senhor Davi Paiva, um gerente de contas de Conselhos Federais e o outro de
29 contas de Conselhos Regionais. Disse que será apresentado e oferecido pacote de serviços
30 pelo Banco. Ele destacou que especificamente com relação às tarifas foi feito um acordo e
31 que será colocado um teto do valor a ser cobrado e que os Conselhos que tiverem um
32 diferencial a exemplo do volume de aplicação financeira, empréstimo e outros no Banco
33 devem negociar uma condição ainda melhor. No uso da palavra, o senhor Andrei informou
34 que é gerente de Governo do Banco do Brasil e que atende na agência do Setor Público do
35 Banco do Brasil, que atende especificamente esse segmento, Conselhos Federais. Ele
36 agradeceu pela oportunidade de poder apresentar ao Sistema os serviços do Banco. Na
37 sequência, apresentou benefícios focados em soluções para o Sistema CFMV/CRMVs e
38 disse que o foco será fechar um protocolo de intenções no sentido de fechar uma taxa fixa
39 para cobrança e assim, coibir algumas distorções. Disse que a proposta é cuidar do ciclo
40 financeiro do Conselho desde o atendimento gerencial e gestão financeira. Ele mencionou a

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 plataforma de compras para licitações (isento de pagar por até seis meses, caso seja feito um
2 acordo) e falou sobre linhas de crédito que já está disponível para os Regionais. O senhor
3 Davi informou que é gerente da agência do Banco que atende aos Conselhos Regionais. Ele
4 falou sobre o Cartão Governo para Conselhos e que tem isenção de anuidade. Disse que pode
5 ser utilizado como suprimento de fundos, pode ser disponibilizado o cartão a vários
6 portadores e exemplo do fiscal e o gerenciamento das despesas é feito por um centro de custo
7 e que o Conselho pode definir em que tipo de despesa o cartão poderá ser utilizado. Falou
8 sobre as condições diferenciadas para fundos de investimento e solicitou que procurassem
9 os gerentes locais para conhecer as diversas propostas. Na sequência, o senhor Andrei
10 voltando à apresentação, mencionou a demanda em relação ao convênio de consignado para
11 os colaboradores do Conselho Federal e disse que também poderá ser estendido aos
12 Regionais para que os colaboradores tenham um diferencial de juros. Prosseguindo, ele falou
13 sobre a cobrança com registro (arrecadação / cobrança) – acesso comércio eletrônico e disse
14 que vários Conselhos já estão utilizando. Ele apresentou os valores que serão praticados
15 como Teto para o Sistema: Registro – R\$ 0,50 (cinquenta centavos), Liquidação – R\$ 2,10
16 (dois reais e dez centavos, Baixa - R\$0,20 (vinte centavos) e manutenção de título vencido
17 gratuito. Destacou que permanecem as negociações individuais com suas próprias agências,
18 mas que esse acordo está prevendo o limite. Continuando, ele explicou que o CFMV terá
19 que assinar um protocolo de intenções acordando com o Banco esses valores e demais
20 serviços. Disse que o Regional assinará um termo de adesão ao protocolo de intenções e
21 assim que o termo for assinado automaticamente o Regional já faz jus. Disse que o gerente
22 do banco local no estado irá fazer um contrato que normalmente vale por doze meses. Falou
23 que verificou que tem alguns Regionais praticando valores superiores ao teto agora definido
24 e que agora poderão ser beneficiados. No uso da palavra, o Presidente Marcus mencionou
25 que a agência do Banco do Brasil com a qual o Regional trabalha ofereceu esse serviço no
26 valor total de R\$2,31 e que como o Regional também é cliente da Caixa Econômica Federal,
27 foi oferecido o valor total de R\$2,30 e que por isso fechou o serviço com a Caixa. Destacou
28 que a proposta que recebeu do Banco do Brasil foi menor do que o teto que agora estão
29 estabelecendo. O senhor Andrei evidenciou que a tarifa da baixa só é cobrada quando o título
30 não é liquidado pelo profissional. No uso da palavra, o senhor Davi frisou o que foi
31 informado pelo senhor Andrei quanto ao valor máximo que será cobrado e disse que cada
32 Conselho tem a sua peculiaridade e negócios que podem ser do interesse do Banco do Brasil
33 e que poderão estar negociando em suas agências. Falou que o cartão cooperativo
34 mencionado gera uma receita para o Banco que não sai do custo do Conselho e que esse
35 custo estará saindo do fornecedor que já prevê essa questão. Em complemento, ele disse que
36 com esse diferencial do cartão, investimento em fundos em que o Banco administra já são
37 condições favoráveis de negociação e que o Banco pode até conseguir cobrir a tarifa cobrada
38 pela Caixa que foi mencionada pelo Presidente Marcus e que vai depender das condições
39 que poderão ser negociadas. Ele destacou que emissão do título e postagem não constou
40 desse protocolo de intenções, mas que poderão estar negociando a parte e que hoje deve estar

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 por volta de R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos). No uso da palavra, o Presidente Wirton
2 perguntou quando o Regional já poderá utilizar o convênio e o senhor Davi informou que a
3 partir do aceite, o Banco irá encaminhar ao CFMV uma minuta de proposta do protocolo e
4 do termo de adesão dos Regionais. Disse que ai o Conselho Federal vai avaliar a viabilidade
5 jurídica e esse acordo assinado será publicado nos canais internos do Banco e o Conselho
6 Federal também fará a divulgação aos Regionais e ai já se consegue fazer a adesão e que vai
7 depender de cada agência do Banco em que o Regional se relaciona. No uso da palavra, o
8 Vice-Presidente do CFMV perguntou qual seria a menor taxa de balcão possível e qual o
9 perfil que se deve ter para alcançar essa que queria a menor taxa de balcão possível e o
10 senhor Davi informou que com base nos estudos realizados foi feito uma precificação no
11 sentido de igualar justamente a maioria dos Regionais. Disse que têm Regionais que até já
12 tem a tarifa menor do que a que está sendo estipulada como teto e destacou que não é possível
13 equalizar a nível Nacional por conta de que alguns Regionais ter o seu diferencial e por isso
14 o melhor é o estudo e a negociação individual. No uso da palavra, o Vice mencionou que
15 então o perfil seria aquisição do pacto fechado dos serviços oferecidos pelo Banco do Brasil.
16 O senhor Davi disse que tendo como linha a média de boleto e número de profissionais
17 identificado com o intuito de corrigir as disparidades o melhor cenário seria mesmo o que já
18 foi ora apresentado. Continuando, ele mencionou que não devem se ater apenas ao valor,
19 mas também à funcionalidade do serviço. No uso da palavra, o Presidente Anísio comentou
20 que o Regional trabalha com o Banco do Brasil e que pratica valor mais alto do que o que
21 foi hoje apresentado e que pra ele está sendo um atrativo. Prosseguindo, falou que contratou
22 o serviço do cartão, pois é melhor para controlar e é mais seguro. No uso da palavra, o
23 Presidente do CFMV agradeceu a presença dos dois representantes do Banco do Brasil e
24 informou que será mantido contato. Ato seguinte. No uso da palavra, o Presidente Mário
25 comentou a solenidade de comemoração dos 50 Anos do Conselho de São Paulo e que vai
26 ser realizada no dia 09 de setembro no Colégio Maria Imaculada que próximo ao CRMV-
27 SP às 18 horas. Disse que o local é bem localizado e comentou os hotéis mais próximos e
28 pediu que a confirmação fosse feita por e-mail. Ele destacou que será um excelente evento
29 e que estará presente o palestrante, filósofo e professor Leandro Karnal e que ele irá proferir
30 uma palestra sobre Sucesso Profissional, Motivação e Ética. Ele mencionou que os ex
31 presidentes do CRMV-SP, sem exceção, serão homenageados e que o Presidente do CFMV
32 já está na lista. Prosseguindo, ele falou que todos serão muito bem-vindos e disse que vai
33 acontecer a entrega do livro dedicado aos 50 anos do Conselho Regional de São Paulo. Ao
34 se despedir, ele registrou que a última Câmara de Presidentes realizada já o deixou
35 impressionado pelo novo modelo e forma de trabalhar e que esta reunião foi fantástica e que
36 o Conselho Federal está de parabéns. Disse que o jurídico falou de temas que são problemas
37 diários e rotineiros dos Regionais e mencionou que o Sistema precisa encontrar uma forma
38 de flexibilizar a Lei e Resoluções para que consigam avançar e que o tópico desta reunião
39 *repensar o Conselho, repensar a profissão* foi acertadíssimo e que Sistema ainda vai
40 encontrar muitos desafios pela frente. Ao final, externou sua felicidade pelo prêmio que o

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 Regional recebeu e que o divide com cada funcionário do CRMV-SP que ajudou na
2 construção do Relatório de Gestão. No uso da palavra, o Presidente do CFMV agradeceu ao
3 Presidente Mario e desejou boa viagem. No uso da palavra, o Presidente Altair mencionou
4 que nos dias 02 e 03 de setembro. Disse que no dia 02 às 09 horas acontecerá uma Sessão
5 Especial em homenagem aos 50 anos do Conselho na Assembleia Legislativa e que às 18
6 horas uma outra Sessão na Câmara de Vereadores e que no dia 03 vai acontecer a posse
7 festiva e a comemoração dos 50 anos. Informou que terá uma palestra do Presidente do
8 CFMV. Ao se despedir, ele agradeceu pela oportunidade. No uso da palavra, o Presidente
9 do CFMV agradeceu ao Presidente e noticiou que no dia 27 próximo ocorrerão duas
10 audiências públicas no Congresso Nacional, sobre EAD e comércio de animais em Pet Shop.
11 Ele destacou que nesta reunião foram apresentados assuntos importantes que ficou claro que
12 o Sistema precisa mudar. No uso da palavra, o Presidente Julio sugeriu que a foto oficial do
13 Sistema seja feita na abertura das reuniões, pois sempre fica desfalcada por conta das saídas
14 dos Presidentes. No uso da palavra, o Secretário-Geral do CFMV declarou que é amigo
15 pessoal do Leandro Karnal e que está sendo alinhado com ele uma palestra em uma próxima
16 oportunidade de reunir todo o Sistema. Ele destacou a projeção internacional da profissão
17 por conta da saúde única e por ser o maior laboratório do mundo, todos estão com interesse
18 na Medicina Veterinária. Prosseguindo, ele mencionou a realização do I Simpósio
19 Internacional de Saúde Única nos dias 08 e 09 de outubro em Curitiba-PR e que o CFMV é
20 coorganizador do evento. Destacou que terão os palestrantes de outros Países a exemplo da
21 Suíça, da Alemanha, da Noruega e que eles ajudarão a projetar o Sistema no cenário
22 internacional. Ele solicitou e também em nome do Presidente que se façam presentes no
23 evento, que precisa ser um grande sucesso para alavancar ainda mais a importância da
24 Veterinária. No uso da palavra, o Presidente do CFMV destacou que o foco principal desta
25 reunião foi a FOC do Tribunal de Contas, a PEC 108/2019 e o Decretão. Ele mencionou que
26 sobre a PEC está ocorrendo uma reunião do Conselho com a Casa Civil. Quanto ao
27 Decretão, ele apontou que não consta a profissão da Zootecnia e avisou que será informado
28 sobre esse assunto o que for julgado pertinente e o jurídico já está cuidando dessa questão e
29 que oportunamente será transmitido aos Regionais qual será a proposta do CFMV. Em
30 seguida, declarou que sobre a PEC 108/2019 o CFMV irá se posicionar contrário a não ser
31 que alterem o dispositivo que trata da desobrigação do profissional pagar a anuidade e o
32 dispositivo que trata da privatização dos Conselhos. Ele destacou que o pagamento da
33 anuidade deve permanecer obrigatório e que os Conselhos devem permanecer como
34 Autarquias. Em seguida, disse que a audiência com o Presidente Rodrigo Maia está
35 confirmada para o dia 19 próximo às 18 horas e que irá acompanhado do Deputado Rui
36 Carneiro da Paraíba. Mencionou que o CFMV e esse Deputado construíram juntos um
37 Projeto de Lei que trata de Bem-estar animal e que na audiência será entregue o projeto e
38 que a ideia é que se transforme em Lei. Ele evidenciou que na audiência também irá se
39 posicionar contra a PEC e solicitar que seja acelerado o PL que trata de fracionamento de
40 medicamentos que voltou para revisão da Câmara por conta de uma alteração feita pelo

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

1 Senado. Ao final, o Presidente falou que a FOC terão que aguardar decisão para saber o que
2 o Sistema precisará trabalhar para melhoria das ações. No uso da palavra, o Presidente
3 Francisco Edson parabenizou o CFMV pela reunião e pela iniciativa de negociar com o
4 Banco do Brasil melhores tarifas para o Sistema. Na sequência, comentou a realização do
5 Amazonvet, que será realizado de 20 a 22/08/2019 em Belém do Pará. Disse que o foco será
6 no âmbito da saúde única e que concomitantemente ao Amazonvet será realizado o
7 Congresso Nacional de Animais Selvagens e que no dia 23 será realizado o Fórum das
8 Comissões Nacional e Regionais de Animais Selvagens e solicitou a participação da
9 Comissão de cada Regional, pois é extremamente importante tratar da fauna do País. Ao
10 final, ele comentou o Fórum que será realizado em Porto Alegre no dia 25 próximo para
11 tratar da questão do Javali e disse que estará presente. Na sequência, ele mencionou o
12 processo eleitoral do Regional, que já teve as inscrições encerradas e que será chapa única e
13 que o grupo possa trabalhar bem em benefício do Regional e das categorias. Disse que atual
14 gestão será encerrada em 12 de dezembro deste ano e comentou a comemoração dos 50 anos
15 que será realizada em setembro próximo. No uso da palavra, o Vice-Presidente Augusto
16 parabenizou o CFMV pela reunião e pelos temas importantes que foram abordados e que
17 realmente o Sistema precisa ser repensado. Na sequência, ele mencionou a realização do
18 Amazonvet conforme já foi dito pelo Presidente Edson e disse que todos serão muito bem-
19 vindos. Ele agradeceu ao Conselho Federal pelo apoio financeiro disponibilizado para a
20 realização do evento e agradeceu aos Regionais que de forma direta ou indireta estão
21 contribuindo para que o evento seja realizado. Prosseguindo, No uso da palavra, o Presidente
22 Domingos se despediu oficialmente e comentou sobre a cerimônia de posse da próxima
23 gestão, com realização no próximo dia 17 e convidou a todos a participarem. Disse que os
24 assuntos abordados nesta reunião estarão sendo relatados aos novos gestores do CRMV-PB.
25 Ele agradeceu pela oportunidade de ter participado do Sistema e que a seu ver cumpriu o
26 papel como Presidente e disse que está deixando o Regional mais estruturado fisicamente e
27 deseja que próximos os gestores consigam melhorar ainda mais. No uso da palavra, o
28 Presidente do CFMV agradeceu ao Presidente Domingos e reiterou o convite para que ele
29 possa compor a Câmara Técnica do Conselho Federal. Informou que no dia anterior o
30 Presidente da Câmara, Dr. João Vieira foi convocado para estar no Conselho Federal para
31 discutir a reformulação da Câmara e que já fez o compromisso com a Dra. Ana Elisa, com
32 Dr. Domingos e com o Dr. Rubenval que juntamente com o Dr. João Vieira serão quatro ex-
33 presidentes para ajudar o CFMV em repensar o Sistema. Destacou que o Conselho Federal
34 está com três médicos veterinários como assessores técnicos, Dra. Erivânia, Dr. Fernando e
35 Dr. Montezuma e que as diversas situações que precisam de correção serão corrigidas. Na
36 sequência, ele noticiou que de 21 a 25/10/2019 será feito o encerramento dos 50 anos da Lei
37 nº 5.517/1968 e que a primeira Sessão vai acontecer na Câmara dos Deputados, no auditório
38 Ulisses Guimarães e que será presidida pelo Domingos Sávio, médico veterinário de Minas
39 Gerais. Ele disse que na audiência com o Presidente Rodrigo Maia vai solicitar que ele esteja
40 presente nessa comemoração de encerramento e se for possível que ele possa ir ao jantar.

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

.....

1 Continuando, falou da programação de um jantar e que a seu ver uns dez ou quinze
2 Deputados e alguns Senadores estarão presentes. Disse que a convocação será para os dias
3 22, 23, 24 e 25/10/2019 com retorno em 26/10/2019 e com chegada à Brasília em
4 21/10/2019. Destacou que nesse período será realizado uma Câmara Nacional de Presidentes
5 para dar continuidade aos trabalhos do Sistema, pois algumas Resoluções são prioritárias
6 para finalização. Declarou que algumas Resoluções já analisadas não foram publicadas ainda
7 por estarem sendo revisadas juridicamente. Em seguida, ele disse que já está sendo
8 trabalhado a pauta para próxima Câmara e que será realizada no Conselho Federal mesmo e
9 que estarão presentes os membros das Câmaras Técnicas do CFMV da Medicina Veterinária
10 e da Zootecnia com assuntos que deverão ser discutidos no Sistema. Prosseguindo, o
11 Presidente colocou o CFMV à disposição dos CRMVs caso precisem de algum apoio no
12 administrativo, no financeiro, na contabilidade, no jurídico, com a tecnologia devem solicitar
13 e que será providenciado o deslocamento do funcionário sem custo para o Regional e que a
14 intenção é a integração. Comentou sobre as Resoluções problemáticas que atrapalham na
15 hora de executar, mas que as revisões serão feitas objetivando as adequações necessárias e
16 que as Câmaras ajudarão bastante. Ele mencionou que não foi tratado o assunto da MEI (a
17 possibilidade de cobrança, estar ligada ao Sistema, como possui RT com uma renda baixa
18 na micro empresa) e que próxima oportunidade precisam tratar da questão. Ao final, ele
19 ressaltou que os Conselheiros julgam e que não devem acompanhar o fiscal nas fiscalizações
20 e disse que o fiscal deve ter um contrato formalizado e que ele tem o papel de um agente
21 público com a missão de fiscalizar. Ele mencionou que a Controladoria está sendo
22 reestruturada e que existe a ideia de realizarem auditorias não com finalidade punitiva e sim
23 orientativa. Ao final, salientou que o desvio de conduta de um Regional pode afetar o
24 Sistema. No uso da palavra, o Presidente Anísio disse que sobre o MEI, ele esteve no
25 SEBRAE do Piauí na semana passada para tratar da questão e disse que se faz necessário a
26 discussão para alinhamento e normatização. No uso da palavra, a Presidente Francisca
27 agradeceu pela oportunidade de mais uma vez se reunir com o grupo, agradeceu a equipe
28 que apresentou os temas para discussão e elogiou a equipe de evento e o carinho tido com a
29 alimentação servida durante a reunião. Em seguida cumprimentou ao Dr. Domingos e disse
30 que ele a ajudou muito e que ele fez um trabalho exemplar no CRMV-PB. Na sequência, ela
31 parabenizou a Dra. Lisandra pela organização do evento que vai ser realizado no Rio Grande
32 do Sul e avisou que não será possível participar, pois estará em Brasília. Ao final, solicitou
33 que o CFMV envie um relatório circunstanciado sobre os encaminhamentos para que nas
34 próximas reuniões plenárias dos Regionais já possam discutir os assuntos abordados e
35 sugeriu que o CFMV verifique a possibilidade de realizar reuniões também por
36 teleconferência. **IV-ENCERRAMENTO.** O Presidente do CFMV agradeceu mais uma vez
37 a presença e a participação efetiva de todos(as). E, nada mais havendo a tratar, declarou
38 encerrada a reunião, solicitando que eu, Secretário-Geral do CFMV, Méd. Vet. Helio Blume
39 lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais presentes.
40 Brasília – DF, 14 de agosto de 2019. CFMV – Méd. Vet. Francisco Cavalcanti de Almeida

ATA DA REUNIÃO DO SISTEMA CFMV/CRMVs

-
-
- 1 _____, CFMV – Méd. Vet. Luiz Carlos Barboza
2 Tavares _____, CFMV – Méd. Vet. Helio Blume
3 _____, CFMV – Méd. Vet. Wanderson Alves
4 Ferreira _____, CRMV-PB – Méd. Vet. Domingos Fernandes Lugo
5 Neto _____, CRMV-PI – Méd. Vet. Anísio Ferreira de Lima
6 Neto _____, CRMV-GO – Méd. Vet. Olízio Claudino da
7 Silva _____, CRMV-AP – Méd. Vet. Méd. Vet. José Renato
8 Ribeiro _____, CRMV-MG – Méd. Vet. Bruno Divino Rocha
9 _____, CRMV-MA – Méd. Vet. Francisca Neide Costa
10 _____, CRMV-RN – Méd. Vet. Wirton Peixoto Costa
11 _____, CRMV-CE – Méd. Vet. Célio Pires Garcia
12 _____, CRMV-RJ – Méd. Vet. Romulo Cezar Spinelli
13 Ribeiro de Miranda _____, CRMV-RS – Méd. Vet. Lisandra
14 Ferreira Dornelles Fraga da Silva _____, CRMV-RO – Méd. Vet.
15 Júlio César Rocha Peres _____, CRMV-SC – Méd. Vet.
16 Marcos Vinícius de Oliveira Neves _____, CRMV-MS –
17 Méd. Vet. Rodrigo Bordin Piva _____, CRMV-AL – Méd. Vet.
18 Thiago Augusto Pereira de Moraes _____, CRMV-RR – Méd. Vet.
19 Francisco Edson Gomes _____, CRMV-BA – Méd. Vet. Altair
20 Santana de Oliveira _____, CRMV-PA – Méd. Vet. Maria
21 Antonieta Martorano Prianti _____, CRMV-AM – Méd. Vet.
22 Haruo Takatani _____, CRMV-PE – Méd. Vet. Marcelo
23 Weinstein Teixeira _____, CRMV-SE – Méd. Vet. Eduardo Luiz
24 Cavalcanti Caldas _____, CRMV-TO – Méd. Vet. Railda
25 Marques Lima Felipe _____; CRMV-PR – Méd. Vet.
26 Rodrigo Távora Mira _____; CRMV-DF – Méd. Vet.
27 Laurício Monteiro Cruz _____, CRMV-ES – Méd. Vet.
28 Marcus Campos Braun _____, CRMV-SP – Méd. Vet.
29 Mário Eduardo Pulga _____; CRMV-PA – Méd. Vet. Augusto
30 de Araújo Viana _____ e CRMV-MT – Méd. Vet.
31 Roberto Renato Pinheiro da Silva _____.